

SALÉZIO ANTÔNIO PEREIRA

OS CURSOS NOTURNOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ, ENQUANTO
MOTIVAÇÃO DE DEMANDA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pos Graduação em Educação — Area de
Concentração em Recursos Humanos e
Educação Permanente — da Universidade
Federal do Parana, como requisito parcial
a obtenção do Título de Mestre

CURITIBA

1992

OS CURSOS NOTURNOS DA UFPR,
ENQUANTO MOTIVAÇÃO E DEMANDA

por

SALEZIO ANTONIO PEREIRA

Dissertação aprovada como requisito parcial
para a obtenção do Título Mestre no Curso
de Pós-Graduação em Educação, pela Comissão
formada pelos professores:

ORIENTADOR: _____
 Profª. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer

Curitiba, 22 de dezembro de 1992.

à

Vera Lúcia
que me deu a

Taísa

agradecimentos

Profa. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer
- pela socialização do conhecimento

Prof. Evaldo A. Montiani Ferreira
- pela democratização do saber

Profa. Zélia Milléo Pavão
- pela dedicação ao ensino público

RESUMO

Neste trabalho, os cursos noturnos da Universidade Federal do Paraná são analisados numa concepção de que o ser humano, enquanto espécie animal, nasce pronto, mas precisa ser humanizado.

Este processo de humanização se dá no conjunto das relações sociais de trabalho.

Com esta visão, os alunos são pesquisados como procura e os cursos noturnos como oferta.

Enquanto procura, denota-se que os alunos dos cursos noturnos, embora já detenham um saber como trabalhadores, esperam encontrar no ensino universitário a qualificação profissional, na expectativa de uma vida mais digna. Com este propósito, eles buscam na UFPR os cursos noturnos, os quais lhes oferecem a gratuidade e a oportunidade de trabalhar e estudar.

Estas condições de escolaridade levam o aluno trabalhador, na sua maioria, a frequentar um curso desarticulado do seu trabalho, como sua única opção, uma vez que não lhe foi dada a possibilidade de escolha.

O que se constata é que os cursos noturnos da UFPR são extensões dos cursos diurnos. Ou seja, não existe cursos noturnos na UFPR. A infra-estrutura, a proposta pedagógica e os conteúdos curriculares são os mesmos do período diurno.

Como conclusão, pode-se afirmar que a UFPR não oferece a qualificação profissional procurada pelo aluno trabalhador, porque ela repete em sua estrutura e funcionamento, a divisão de classes do sistema capitalista. Como tal, ela oferece um ensino desarticulado do trabalho, que o torna desqualificatório.

ABSTRACT

In this work evening courses of Federal University of Paraná are analysed under the conception that the human being is born ready but has to be humanised.

This humanization process occurs amid the social relationship of each individual within his work.

According to this point of view evening students can be seen as searchers while evening courses are considered offererers. As searchers we can conclude that evening students although possessors of a special knowledge as workers, hope to find in the third grade the specific qualification wich can lead them to a better life.

Under this purpose they look for evening courses wich are free and give them both, the oportunity of study and work at the same time.

The condition supplied by University (no fees, few vacancies) plus conditions of students (majority are workers with low to medium economical level) leads evening students to attend courses many times disarticulated from their ideal professions, once they don't have the opportunity to do their real choice.

Evening courses offered by University are in its majority just extintions of diurnal courses, so we can say that there isn't specific evening courses in this University.

Having the same infrastructure pedagogics proposals and curriculum of the diurnal courses, evening courses don't offers the profissional qualification that workers students look for as long as it repeats in the structure the same kind of division of Capitalism System.

As a conclusion we can say that Federal University of Paraná offers to evening students desarticulated evening courses wich dequalifies most of their courses.

SUMARIO

1.	<u>INTRODUÇÃO</u>	1
	1.1 JUSTIFICATIVA	6
	1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA DA PESQUISA	10
	1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
2.	<u>A DEMANDA DOS CURSOS NOTURNOS</u>	15
	2.1. A FALTA COMO MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO	19
3.	<u>HUMANIZAÇÃO</u>	25
	3.1. A HUMANIZAÇÃO HUMANA	30
4.	<u>OS ALUNOS DO PERÍODO NOTURNO DA UFPR</u>	37
	4.1. A PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS DOS CURSOS NOTURNOS DA UFPR	56
5.	<u>OS CURSOS NOTURNOS ENQUANTO OFERTA</u>	73
	5.1. UM BREVE HISTÓRICO DO ENSINO NOTURNO DA UFPR	74
	5.2. A INFRA-ESTRUTURA DOS CURSOS NOTURNOS	81
	5.3. A ESCOLARIDADE ENQUANTO OFERTA	84
	5.4. O TEMPO PARA A ESCOLARIDADE	88
	5.5. A ESCOLARIDADE PARA O TRABALHO	94
	5.6. A OPÇÃO PELO CURSO NOTURNO	102
6.	<u>REFLEXÕES FINAIS</u>	107
7.	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	113

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa sobre a motivação que demanda o aluno aos cursos noturnos da UFPR, foi elaborado dentro do seguinte roteiro de sistematização:

- A justificativa da pesquisa.

Neste primeiro item são descritas as razões da escolha do assunto, bem como a finalidade a que se propõe este trabalho.

- O objeto da pesquisa.

Cursos noturnos da UFPR: Qual é a procura e qual é a oferta desta motiv/ação.

- A metodologia.

Análise crítica reflexiva dos dados mais significativos sobre a demanda que motiva o ensino noturno da UFPR.

- A fundamentação teórica.

A fundamentação teórica do presente trabalho, à luz da qual os dados são analisados, tem como visão de homem, um ser construído nas relações com os seus pares e com a natureza através dos tempos. O que o torna um ser social e histórico e, portanto, humano. Numa visão de mundo em constante

transformação. Não só a nível das forças naturais, mas principalmente pelo trabalho. Aqui entendido como uma ação consciente do homem para buscar a satisfação de suas necessidades existenciais e como instrumento na luta de classe pela igualdade social. O que dá ao homem a condição de cidadania. Mas para isto é preciso motivar o saber que o tira da condição de animal prestador de serviços para a condição humana de sujeito de seu trabalho. Ou seja, de omnilateralidade.

Esta mudança que no presente estudo é nominada de humanização, só é possível pela ação mediadora do processo educativo, quando este, se apoia no trabalho como princípio educativo..

- O procedimento da pesquisa.

Esta pesquisa tem como foco a demanda como campo de estudo, dialéticamente construída na contradição - procura e oferta.

Nesta concepção o aluno é analisado como protagonista da procura e os cursos universitários noturnos como o palco de uma determinada oferta. Ou, colocando numa interrogativa:

Qual o destino e a quem se destina os cursos noturnos da UFPR?

Na busca de dados para estas questões, o primeiro momento da pesquisa é dedicado ao aluno, como aquele que trabalha e estuda à noite. Nesta condição de trabalhador, o que ele espera encontrar num curso superior para sua capacitação profissional? Como ele interage com uma instituição já constituída que não leva em conta a sua condição de aluno traba-

lhador, e que portanto, já detém uma prática e para esta, um saber?. Diferente do aluno do período diurno, que vem à Universidade à procura de uma "bagagem teórica", que lhe possibilite, ao fim do curso, "exercer uma prática".

Qual é a expectativa do aluno trabalhador com relação aos cursos que lhe são oferecidos pela UFPR?

A oferta é realmente a resposta a sua procura? Ou a procura só existe em função de uma oferta já previamente estabelecida? Do que se poderia deduzir que a oferta não ocorre pela procura, mas, ao contrário, é uma procura para o qual a Universidade não dispõe de uma oferta?

O que motiva o aluno, após uma jornada de trabalho, procurar a escolaridade? Será que ele pretende apenas um diploma que lhe confira um duvidoso "status" na sociedade? Ou é algo mais que procura? Como a sua cidadania, a participação política, a ingerência no poder e consequentemente uma sobrevivência mais digna, menos injusta e mais igualitária?

O capitalismo impõe saber mais, para se tornar mais competente e dar conta das exigências que o programa de mundo tecnológico apresenta. Esta imposição do capital se dá na especialização através da divisão do trabalho. O que desqualifica o trabalhador porque ele perde a totalidade do saber, ou seja, a omnilateralidade que envolve a ação, para se tornar um especialista numa determinada ação, que é a unilateralidade nas relações de trabalho.

No segundo momento, os cursos noturnos são pesquisados como perspectiva de oferta. O que se pergunta é se existe um curso noturno para este aluno trabalhador e qual é o

compromisso que articula a oferta à procura?

Existe uma proposta pedagógica para estes cursos noturnos?

Que suporte dispõe a Universidade Federal do Paraná para viabilizar sua proposta pedagógica ao aluno, que já detém um saber pela prática do seu trabalho?

Para encontrar as respostas a estas questões foi feita aos alunos do curso noturno a pergunta: Você escolheu este curso noturno porque ele oferece o quê?

Os depoimentos colhidos neste questionamento são agrupados em três categorias de oferta, que na interação com a procura, são analisados numa expectativa de demanda. Neste sentido, o tempo é indispensável para poder conciliar estudo e trabalho. A escolaridade é o caminho possível para poder ascender na carreira profissional, muitas vezes exigida pela necessidade salarial e não para o melhor desempenho no trabalho. A opção pela gratuidade que possibilita o acesso ao conhecimento sem o sacrifício da sobrevivência.

Estas categorias de oferta dos cursos noturnos da Universidade Federal do Paraná são analisadas e articuladas à procura do aluno que trabalha, e por esta razão estuda à noite. Isto porque dialeticamente é impossível tratar da demanda como totalidade, sem a contradição da procura e da oferta.

E acreditando que a reflexão e a crítica ao constituído são procedimentos que levam à transformação e ao crescimento, que esta pesquisa se propõe como instrumento de discussão sobre os cursos noturnos da Universidade Federal do Paraná. Para atingir este objetivo ela se constitui como

o dito que dessignificando o discurso, provoca a falta, que é a condição fundamental para a motiv/ação.

1.1 JUSTIFICATIVA

As razões que estabelecem as principais bases para este estudo são, entre outras, a preocupação com a realidade dos cursos noturnos da UFPR.

No exercício da docência, nestes cursos, pode-se observar que a grande maioria dos alunos que os frequenta, 87,2%, (Cadernos da Avaliação n..6 - Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa) trabalha durante o dia, o que não lhes permite uma dedicação exclusiva a seus estudos. Que os conteúdos dos cursos escolhidos, para um percentual de 41.0% dos alunos (Cadernos da Avaliação n. 6), estão desarticulados das atividades de trabalho que estes alunos executam em suas profissões. E que estes cursos nem sempre formam profissionais para a demanda do mercado de trabalho, mas, os prepara para o exercício de mão-de-obra economicamente desvalorizada. O que transforma estes cursos em 'fábricas de diplomas e não de qualificação profissional.

E também pensando no contexto atual, onde a Universidade amplia suas vagas para os cursos noturnos em condições precárias de infra-estrutura, como por exemplo, a não disponibilidade da biblioteca à noite, indispensável para que o aluno possa realizar suas leituras e pesquisas, levando em conta a sua dificuldade de conciliar o tempo para os estudos com o trabalho e para comprar os livros necessários a sua formação.

Diante desta realidade, se faz necessário um estudo com o objetivo de levantar dados que possibilitem uma reflexão, um debate e uma análise, capazes de colaborar na busca de soluções para as dificuldades pertinentes ao ensino noturno.

Para isto é fundamental uma investigação, não isolada, mas dentro de uma visão de conjunto das relações sociais de trabalho, que possa clarificar as questões hoje colocadas sobre os cursos noturnos. Por este motivo as perguntas básicas que nortearão este estudo são:

- Quem é o aluno que frequenta o curso noturno e qual é a sua procedência?

- O que a Universidade oferece ao aluno trabalhador, que demanda um curso superior noturno, após um dia de trabalho, é condizente com as suas expectativas?

- Qual o destino e a quem se destinam os cursos noturnos ?

- A proposta pedagógica destes cursos é pertinente às necessidades reais dos alunos que buscam, na Universidade pública e gratuita, a escolaridade para sua capacitação ?

As respostas a estas questões serão analisadas numa concepção de que a humanização se dá no conjunto das relações sociais de trabalho e que, nesta visão, o trabalho deve ser o princípio educativo para a qualificação do trabalhador; de que o compromisso do ensino público deve ser com a qualidade e para todos - como deve ser o propósito de uma Universidade pública e gratuita - tendo como fins a atingir a transformação e o desenvolvimento social. Nesta compreensão a escolaridade tem o papel de mediadora na transmissão do

conhecimento historicamente acumulado. Nesta concepção se pretende realizar este estudo sobre o ensino noturno da UF-PR. Principalmente porque no momento atual está em discussão o ensino universitário público e gratuito. Em que se fazem afirmações de que o aluno que frequenta a universidade pública é aquele que pode financiar os seus estudos com recursos próprios, ou de que as Universidades Federais servem a uma elite e não à classe trabalhadora. Estas idéias são veiculadas pelos meios de comunicação, não só por aqueles que defendem a privatização do ensino, como também por administradores públicos, o que revela um descomprometimento com a classe trabalhadora, a qual não tem condições de acesso à educação escolar, se não pela gratuidade. Este descomprometimento manifesta a concepção que muitos administradores e governantes têm de que o homem é um ser isolado e a sociedade deve ser dividida em classes. Consequentemente, a educação deve ser diferenciada.

Este discurso, hoje amplamente divulgado, e a perspectiva de se fazer um estudo desta realidade na Universidade Federal do Paraná, são mais uma justificativa a que se propõe esta pesquisa. Para se chegar aos objetivos pretendidos é fundamental que se investigue a motivação que levou os alunos do período noturno a escolherem seus cursos.

Por estas razões se pretende, metodologicamente, realizar esta pesquisa de forma crítico-reflexiva, retirando os dados das discussões realizadas sobre as questões já abordadas acima. Com isto, pretende-se que esta pesquisa seja também uma estratégia modificadora de atitudes comportamentais, a partir do momento em que ela provocará uma cons-

cientização da realidade. Isto, partindo do princípio que é pela tomada de consciência aqui considerada como posse do saber, que é possível haver transformações e mudanças.

Acreditando que o conhecimento construído faz parte do processo de transformação e que é papel da Universidade realizar a produção e a transmissão desse conhecimento de forma democrática e crítica, que optou-se pelo tema " **O ensino noturno da Universidade Federal do Paraná, enquanto motivação de demanda.**"

Assim, entendendo que a escolaridade pode servir de fator alienante,- quando reproduz na sua proposta pedagógica o sistema social onde se insere -, como também de mediação para as mudanças sociais, quando se tem claro que os fins a atingir estão comprometidos com a realidade do trabalhador e com os princípios democráticos de que o acesso ao saber é um direito universal. Que não basta só distribuir o saber, mas é preciso humanizá-lo, colocá-lo a serviço do ser humano para seu confronto e seu bem-viver. E ter em sua proposta pedagógica a preocupação de formar o cidadão para o mundo moderno, ou seja, um homem omnilateral , capaz de acompanhar a evolução tecnológica, sem perder de vista que sua competência técnica passa também pela sua competência política. E neste entendimento que este trabalho se pautará.

Portanto, são estas as principais razões que justificam esta pesquisa, e, fundamentalmente, o compromisso constitucional que assegura a educação como um direito de todos e um dever do Estado.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA DA PESQUISA

O tema desta pesquisa será: "Os Cursos Noturnos da Universidade Federal do Paraná, enquanto Motivação de Demanda".

1) O que mobiliza um sujeito ao aprendizado, renunciando ao descanso, lazer, convívio familiar, refeições, numa corrida contra o tempo para tentar conciliar seus horários de aula, muitas vezes, pela simples presença, pois não apresentam condições físicas e psíquicas para aprender, como se verifica pela manifestação de sono e do cansaço estampadas em seus rostos ?

2) O que motiva a procura e a realização de uma escolaridade num sistema educativo adverso, onde são poucos os meios favoráveis a uma suposta/provável capacitação para o trabalho, para um mercado pouco promissor ?

3) Onde encontram forças para resistir, por vários anos, a toda uma estrutura social desfavorável àqueles que pretendem ter acesso ao saber e que, por outro lado, promete dar condições de vida a quem o tem ?

4) Que expectativas trazem estes alunos a um curso universitário, público e gratuito ? Será que é simplesmente pelo fator financeiro ou por ideal de vida, desejo de uma identidade profissional que lhes confira lugar na sociedade

como cidadãos competentes e determinados, ao mesmo tempo que esperam encontrar na Universidade, não só a facilidade proporcionada pela gratuidade, mas também, um ensino de qualidade para suas aspirações ?

Ou talvez, estes não sejam os cursos de sua escolha.. ., mas o que foi possível encontrar. O que lhes foi ofertado dentro de sua disponibilidade de tempo. O que se levaria a deduzir que não se trata de uma escolha, mas simplesmente de uma dádiva. Esta conclusão, se efetivada, coloca em questionamento o ensino público e gratuito, como uma forma democrática de transmissão do saber.

Uma outra hipótese seria a busca de um conhecimento teórico para melhorar o desempenho de sua prática, o que lhes proporcionaria uma vida mais condigna com o mundo moderno, onde o saber e o fazer não podem estar dissociados. Isto porque no atual momento histórico, não há mais lugar para a divisão social entre sábios e escravos, ou seja, um cidadão pensante e outro executante. E na interação entre teoria e prática que o saber se consolida e se produz o conhecimento.

E dentro desta dinâmica de estudo, que os Cursos noturnos da Universidade Federal do Paraná, enquanto motivação de demanda, serão pesquisados.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

O procedimento metodológico desta pesquisa, concentra-se na investigação dos cursos noturnos da Universidade Federal do Paraná, enquanto motivação de demanda de escolaridade. Esta investigação se realizará:

- mediante análise de questionários elaborados especificamente, para este trabalho e preenchidos pelos alunos que frequentarem os cursos noturnos da UFPR;

- em observações feitas durante o período de aulas na disciplinas de Estrutura e Funcionamento de Ensino, onde eram discutidas, muitas vezes, as questões do ensino noturno como:

- * a capacitação profissional;
- * o mercado de trabalho;
- * a qualidade do ensino;
- * a estrutura e funcionamento dos cursos noturnos e
- * a relação escola/trabalho;

- nos atendimentos aos alunos onde eles expunham suas dificuldades de conciliar o tempo entre o estudo e o trabalho, para realizar suas leituras, pesquisas e tarefas escolares;

- em entrevistas e discussões em grupo com alunos que estudam à noite;

- nas discussões provocadas com educadores, individualmente, ou em grupo, sobre os temas:

- * a formação profissional do aluno trabalhador;
- * a relação escola/trabalho;
- * o saber transmitido na Universidade Federal do Paraná;
- * o curso noturno;
 - em livros, revistas e artigos que tratam das questões do ensino noturno.

Nestas fontes citadas pretende-se encontrar dados que clarifiquem a questão do ensino noturno como motivação de demanda de escolaridade. As perguntas básicas desta pesquisa se resumirão em:

- o que oferecem os cursos noturnos, a quem e para que se destinam?

Estas perguntas devem ser colocadas de forma a provocar uma reflexão crítica, com o objetivo de participação conforme foi mencionado na justificativa.

A abordagem do tema será tanto pelo ângulo do curso que oferta, como do aluno que procura. Neste processo de demanda há uma motivação, ou seja, um motivo/ação que deve ser investigado. E deste 'não dito' que se pretende ocupar o trabalho da pesquisa.

Todos os dados coletados serão analisados e estudados, sem perder de vista a contextualização dos cursos noturnos da Universidade Federal do Paraná e o compromisso político educacional ao qual se destina uma instituição pública de ensino, que é o da produção e transmissão do saber, de forma democrática, tendo em vista a transformação da sociedade, hoje com tanta desigualdade, em mais justa e mais igualitária.

E dentro de uma visão teórica que compreende as mudanças sociais como um processo, onde a educação tem um papel de fundamental importância, principalmente, na distribuição e sistematização do conhecimento, sem o qual o mundo moderno se torna inviável para a maioria e privilégio de uns poucos, que esta pesquisa terá o referencial que mostrará a análise e conclusão dos trabalhos.

2. A DEMANDA DOS CURSOS NOTURNOS DA UFPR

O objeto deste estudo - a demanda dos cursos noturnos da UFPR - como mobilização para o aluno trabalhador, entende o termo demanda como a dinâmica que permeia a procura e a oferta, num processo de motiv/ação para a realização do trabalho.

Numa abordagem analítica dos termos - procura e oferta - se é levado a perguntar: Por que se procura ? Por que se oferta ?

A resposta a estas interrogações supõe um novo termo: a falta, que é a representação na mente da coisa perdida. "É preciso que a coisa se perca para ser representada", diz Lacan (LACAN, J. In ECRITS, Paris, Seuil, 1966, p. 237-322). Em outras palavras, o concreto apreendido perceptivamente, dá lugar a um substituto simbólico para ser representado. Este substitutivo que significa a coisa real, embora não seja o concreto, é seu representante. Como tal passa a constituir a linguagem que tem o poder de evocar, no conjunto das relações sociais de trabalho, a coisa perdida. A linguagem, dotada desta propriedade, é a presença da ausência. Ela nomeia o perdido numa ilusão de dar conta dele. E neste processo que se instala o desejo. Como uma falta, um registro da coisa perdida

Por ser a linguagem um instrumento das relações, não pode existir isoladamente por si só, mas sim, socialmente.

Por isto ela é a mediadora do desejo. E na linguagem que o desejo se instala, numa cadeia de significantes. E é pela linguagem que o desejo se manifesta e se concretiza.

E nesta linha de pensamento que Lacan, retornando a Freud, restaura a idéia do inconsciente afirmando que: "O inconsciente é estruturado como uma linguagem" e sendo assim, o inconsciente é o desejo do outro, porque é no mundo das relações sociais que o homem se humaniza, ou seja, transforma seus instintos em desejo, que é da ordem da vontade. Este processo de humanização dá-se no homem primitivo, na sua relação direta com a natureza e no homem culturado indiretamente pela mediação de instrumentos criados por ele para dominá-la.

Neste raciocínio, o sujeito é constituído socialmente. Ele é produto do social, da cultura socialmente elaborada e historicamente acumulada, que se expressa no desejo do outro e é transmitida pela linguagem no conjunto das relações sociais de trabalho.

E preciso lembrar que o termo linguagem aqui abordado, não se restringe à linguagem simplesmente verbal. Ela é entendida como toda a expressão do pensamento na ação. Como manifestação internalizada ou externalizada das relações de desejo. Como signo mediador das relações do homem com a sua Natureza - os seus instintos e com o meio onde se situa - o ecológico.

Neste entendimento, a linguagem não pode ser tratada isoladamente da cultura, como algo à parte. Porque a cultura é o significante da linguagem, ao mesmo tempo que a linguagem dá o significado à cultura. Nesta interação, falar do

desejo é ter que falar da cultura e da linguagem. O desejo que manifesta a cultura se constitui e se manifesta como uma linguagem na dinâmica das relações sociais.

A criança ao nascer, já traz a inscrição de um desejo - o desejo dos pais- "Locus em que se constitui o sujeito como ser desejante. Este produto do desejo é nomeado. Recebe um nome que melhor expressa o lugar reservado no desejo dos que o conceberam. Aqui o próprio verbo conceber já exprime a idéia de vontade. De dois que desejam um terceiro para preencher o lugar da falta - o filho que nada mais é do que a negação da negação do desejo

E nesta dialética que se constitui o sujeito como ser pensante. Capaz de conduzir sua ação como indivíduo na sua diversidade e como sujeito na igualdade das relações sociais. Mas para fazer esta afirmação é preciso ter em conta que o ser-humano é histórica e socialmente produtivo. Nesta concepção, o homem se torna sujeito do processo de construção do conhecimento quando ele ocupa um lugar no qual ele possa efetuar a destruição da pseudo concreticidade como:

- 1) crítica revolucionária da praxis da humanidade, que coincide com a devenir humano do homem, com o processo de "humanização do homem" (A. Kolman), do qual as revoluções sociais constituem as etapas -chaves;
- 2) pensamento dialético, que dissolve o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade e a 'coisa em si' ;
- 3) realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo antogenético, visto que para cada indivíduo humano o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, uma criação própria, espiritual, como indivíduo social-histórico.

Cada indivíduo - pessoalmente e sem que ninguém possa substituí-lo - tem de se formar uma cultura e viver a sua vida.' (KOSIK, 1976 p. 19)

2.1 A FALTA COMO MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO

Os imperativos da sobrevivência, a luta pela manutenção da vida na sua relação com a Natureza, o desejo de dominá-la, de submetê-la ao seu poder, levam o ser-humano a se deparar com o desconhecido, com o indomável, com o mais forte, com o desafio e com a possibilidade da perda.

Isto lhe proporciona o desconforto, acompanhado pela frustração, pela sensação de vazio que caracteriza a falta, gerando o desejo mobilizador das satisfações, ao mesmo tempo que gera a possibilidade, a expectativa, a criatividade, a reflexão, o pensamento, portanto, a inteligência..

A falta, assim entendida, se articula a uma procura e a uma oferta. Isto, numa compreensão de que ela é um registro na consciência, um referencial, um saber, aqui tomado como um dito, que se materializa psicologicamente no conjunto das relações sociais. Mas para que a falta se transforme numa marca capaz de levar ao desejo e desta colocar o Ego em movimento na busca de uma satisfação, é preciso que ela seja significada. Que ela tenha um sentido capaz de tirar o sujeito do seu estado de ignorância, de conformismo ou de resignação. A ação mediadora da educação, na relação ensino-aprendizado, é indispensável na transmissão deste sentido para provocar a mobilização do indivíduo.

Esta compreensão só parece possível dentro de uma concepção de que a mente humana tem a sua formação concreta-

mente, no conjunto das relações sociais de trabalho.

Nesta ordem, a falta é a fonte mobilizadora da motivação para a procura. E a procura só se constitui na possibilidade de existir uma oferta. Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que procura só é procura quando demanda uma oferta ou que oferta só é oferta quando demanda uma procura. Nesta contradição, procura e oferta permeiam a demanda.

E nesta dialética do desejo, que o sujeito se coloca na relação com a natureza, consigo mesmo e com os seus pares gerando o trabalho. E pelo trabalho que o homem tenta diminuir sua tensão frente aos imperativos da natureza, como a possibilidade da morte. Ao dominar estas forças naturais, elas se transformam em conhecimento e conseqüentemente em poder. O trabalho assim concebido, é para o homem uma atividade que lhe permite a construção histórica de sua humanização, de sua existência, a continuidade de sua espécie na face da Terra, o que lhe confere a condição de imortalidade. Neste domínio da Natureza, o homem torna-se efetivamente o Senhor da Terra e da Natureza. Pelo seu trabalho ele transcende sua curta existência e se perpetua no produto de sua criação. Trabalhando, o homem enfrenta a Natureza, retira dela a satisfação de suas necessidades, gera a linguagem, a cultura, constrói sua historicidade a si mesmo e o conhecimento.

Neste processo de dominação da Natureza, o ser humano exerce sua capacidade de ser pensante. Ou seja, ele exerce um saber adquirido socialmente nas relações de trabalho.. Ao mesmo tempo em que reproduz este saber, ele é capaz de projetar, se instrumentalizar e realizar novas descobertas para

si e para outros seres humanos. É a internalização na intersocialização. É, sem dúvida, o ato de aprender e de ensinar. Um ato que passa pela consciência de sua vontade e que o torna um sujeito da Natureza. Nesta linha de pensamento, Vigotsky escreve que: "O animal meramente usa a natureza externa, mudando-a pela sua simples presença; o homem, através de suas transformações, faz com que a Natureza sirva a seus propósitos, dominando-a. Esta é a distinção final e essencial entre o homem e os animais." (VIGOTSKY, 1989, p. 8)

O processo de ensinar-aprender, por produzir um conhecimento, é consciente e, portanto, humano. Se para o animal, os meios de sobrevivência são apenas preservação à vida que ele busca intuitivamente movido pelo seu instinto de preservação da espécie, como algo inominável, para o homem esta coisa passa pela nomeação, pelo pensamento, pela linguagem, pela ordem do dito, portanto, pela ordem social. O que quer dizer, ser significante, ser apreendida na sua concreticidade por um saber. Ao nomeá-la, a simboliza, destruindo a sua pseudoconcreticidade, ou seja, ela passa da percepção do biológico para a ordem da elaboração.

Esta nomeação se dá pelo sistema de signos, com a linguagem - escrita, falada ou numérica - que faz a mediação na interação homem/ambiente, a partir do momento em que se socializa o saber. Nesta relação constrói-se a visão de mundo, de homem e de trabalho. Como afirma Benedetto Croce "todos são filósofos, embora cada um a seu modo, inconscientemente, porque mesmo na menor manifestação de qualquer atividade intelectual, como a "linguagem", está contida uma certa concepção de mundo, passa-se ao segundo momento, ao da crí-

tica e da consciência...' (CROCE, 1948, p.3-49)

Ou como acreditava Vigotsky, 'a Internalização dos sistemas de signos produzidos culturalmente e socialmente transmitidos, provoca transformações comportamentais e estabelece um elo de ligação entre as formas iniciais e tardias do desenvolvimento individual.' (VIGOTSKY, 1989, P.8)

Esta internalização do dito, o qual é apreendido através da linguagem culturalmente produzida e socialmente transmitida na dinâmica das relações, provoca transformações comportamentais.

Isto parece ser possível, no momento em que este dito passa pela possibilidade de desencadear uma falta. Ou seja, constitui-se num registro de algo que foi inscrito na interação das relações sociais, ligando o ontem ao hoje.

Diante disso, pode-se dizer que o homem é histórico. Que ele só pode ser entendido no seu contexto histórico. Que é no movimento entre o ontem e o hoje que se pode compreender a ação humana. De que se pode então deduzir que nenhum ato humano é isolado, mas sim, contextualizado.

Esta pesquisa - os cursos noturnos enquanto motivação de demanda - tem a dialética do desejo, no conjunto das relações sociais de trabalho, como fundamento teórico. Parte do pressuposto que o homem nasce dentro da espécie animal e que se humaniza no conjunto das relações de trabalho. Nesta concepção de homem, a educação tem o papel de fundamental importância na mediação do ato de humanizar.

Sobre este papel da educação, é importante citar Vygotsky

Os processos psíquicos mudam no homem do mesmo modo como mudam os processos de sua atividade prática. Vale dizer que também aqueles são mediados. E exatamente pelo uso dos meios, é pela relação mediata com as condições de existência, que a atividade psíquica do homem se distingue radicalmente da atividade psíquica animal." (GIUSTA, 1985, p.31)

E na ação educativa do trabalho que se articula a procura e a oferta, que demanda a transformação. Ou seja, na interação sujeito/objeto-objeto/sujeito que se realiza o processo de humanização.

E na dinâmica do conjunto das relações que a criança toma conta do social consciente. O que quer dizer que ela aprende a julgar, a refletir. E através do sim e do não, que lhe interdita ou autoriza o seu trabalho - como por exemplo o seu ato de brincar - que ela realiza o julgamento do desejo, para a concretização da vontade. onde vai atuar o julgamento do desejo para a concretização da vontade.

Neste processo de contradição, a repressão é condição para a liberdade. Ao renunciar aos impulsos dos seus instintos naturais em prol do reconhecimento no desejo do outro, ou seja, ao reprimir seus instintos pela via da escolha, a criança se instala na condição de sujeito de seus desejos, ao mesmo tempo que percebe a renúncia, a troca, a alternativa. E como tal, descobre que pode, que tem o poder de barrar, de frustrar, de reprimir, e portanto, de optar entre o sim do desejante e o seu não de desejado. Nesta negação para optar ela perde o lugar do indivíduo em troca do saber que lhe possibilita o discernimento, a crítica, a reflexão, o julgamento

Mas, para que tudo isto aconteça, não se pode perder de vista a mediação como um papel desempenhado pela educação.

Com este quadro teórico, é possível analisar a demanda do ensino noturno da UFPR. O aluno, enquanto procura, é socialmente mobilizado pelo dito de que pela escolaridade, enquanto oferta, ele será capacitado a ter uma sobrevivência mais digna. E na melhoria de sua capacidade produtiva que está o sucesso para seus sonhos e expectativas.

Com a concepção, de que a mente humana tem a sua formação na linguagem cultural transmitida no conjunto relações sociais de trabalho, portanto, tem sua formação no cultural, pode-se afirmar que a busca do ensino noturno se vincula a um dito da oferta, socialmente transmitido. O que constitui o processo de demanda.

3. HUMANIZAÇÃO

O estudo da demanda dos cursos noturnos da UFPR, numa visão dialética do desejo, só é possível na abordagem da procura e da oferta. Isto porque uma só existe na existência da outra. Ou seja, na contradição que vai estabelecer a demanda, conforme as considerações a este respeito, já tratadas anteriormente neste trabalho.

Dentro desses pressupostos teóricos, o aluno é analisado como a procura e os cursos noturnos da UFPR como a oferta, para que se possa entender a demanda.

Dialeticamente não se pode tratar do aluno de forma isolada como objeto à parte. Como também não será possível analisar os cursos, enquanto oferta, excluindo o aluno, enquanto procura. Dentro desta dinâmica, muitas das premissas que foram levantadas na visão do aluno que busca os cursos noturnos, serão resgatadas pela ótica da oferta para a compreensão da demanda.

Como fundamentação teórica, este trabalho tem a concepção de que o homem se constitui socialmente no conjunto das relações de trabalho, tendo a linguagem como instrumento de construção e a educação como mediadora do processo de humanização.

Isto partindo do princípio de que o ser humano nasce animal, enquanto espécie, e por este motivo, precisa ser humanizado. Ou, dizendo de outro modo: embora o homem ao nas-

cer traga como herança todo o potencial humano que necessita para humanizar-se, só consegue realizar seu intento no conjunto das relações sociais com a natureza, com os outros e consigo mesmo.

Com esta afirmativa não se quer dizer que o homem é simplesmente um produto passivo que tem como determinante o social. É mais do que isto. Por ser pensante, o homem é criativo e portanto, ativo. Este atributo dá ao homem a capacidade de participar, de transformar, de interferir e de modificar.

Sendo assim, o homem tem o poder de confrontar-se com a natureza e modificá-la. De realizar os seus desejos de criar, de poder, de dominar e controlar. Esta ação do homem é o trabalho, que o humaniza porque é da ordem do seu desejo planejar e julgar. Mas não se pode esquecer que isto só acontece no conjunto das relações sociais de trabalho. Por esta razão, ao mesmo tempo que o homem transforma a natureza, ele se transforma com ela. Por isto este processo pode ser nominado de processo de humanização.

Nesta concepção, o homem e o mundo não são estáticos, mas dinâmicos. Estão em constantes modificações pelas suas próprias ações. Portanto, em constante devir. Neste jogo dialético da vida e da morte que faz a afirmação e a negação para a negação da negação, podemos compreender a busca e a oferta que mobiliza para a demanda dos cursos noturnos o aluno, após uma jornada de trabalho.

Por ser a insatisfação pertinente ao desejo, pois só é desejo a coisa perdida e que se apresenta como impossibilidade de ser resgatada, a busca do saber é o que constitui

a demanda para o conhecimento na tentativa de nomear esta coisa, este vazio insuportável.

Para Freud, comenta Dor: "o desejo nasce de um reinvestimento psíquico de um traço mnésico de satisfação ligado à identificação de uma excitação pulsional." (in DOR, 1989, p.141). Escreve Freud: "A excitação provocada pela necessidade interna busca uma saída na motilidade, que podemos chamar de 'modificação interna' ou expressão de mudança de humor. (FREUD - A interpretação dos sonhos - 1900).

E à luz desta concepção que será analisada a demanda aos cursos noturnos da UFPR., onde o aluno busca a superação de saber já adquirido no seu cotidiano, que se caracteriza como o saber indispensável a sua sobrevivência para o conhecimento, que no seu entender, lhe dá o instrumental necessário para a sua transformação no social. Esta visão que se constata no dizer manifesto dos alunos dos cursos noturnos, não passa da crença, a nível de senso comum, de que mudando o indivíduo consequentemente a sociedade se transformará. Esta compreensão não leva em conta que a transformação só se dá no conjunto das relações e não linearmente, na relação sujeito objeto.

Não basta só mudar o indivíduo para transformar. É preciso mudá-lo no processo, na interação. A qual só é possível no conjunto das relações de trabalho, nas quais sujeito e objeto se transformam

Mediante esta afirmativa é analisado o processo de demanda aluno - Universidade, onde numa interação, será construído o conhecimento.

Diante disto, não basta a Universidade desempenhar o papel de transmitir o conhecimento. Isto a coloca numa função repetitiva do conhecimento. Ela precisa no processo de trabalho, promover a articulação deste conhecimento, que significa situá-lo criticamente no momento histórico como integrante de um conjunto de relações. O conhecimento desvinculado do trabalho perde a sua intencionalidade consciente, a sua contextualização histórica e passa a ser repetitivo e alienante.

O ser humano desprovido deste processo não sai da sua condição de animal, onde o trabalho é simplesmente uma ação de mera sobrevivência.

Neste sentido, o homem repete a sua história. De ser pensante e humanizável, ele se constitui em um ser meramente biológico, ainda que traga como herança a categoria de um ser social.

Dentro deste pensamento escreve Carr:

Logo que nascemos, o mundo começa a agir sobre nós e a transformar-nos de unidade meramente biológica em unidade social. Todo ser humano em qualquer estágio da história ou da pré-história, nasce numa sociedade e, desde seus primeiros anos, é moldado por esta sociedade. A língua que ele fala não é uma herança individual, mas uma aquisição social do grupo no qual ele cresce. Ambos, língua e meio, ajudam a determinar o caráter de seu pensamento: suas primeiras idéias são provenientes de outras... o indivíduo, desligado da sociedade, seria incapaz de falar e de pensar. (CARR, 1982, p.31-32)

Todas estas considerações são de fundamental importância porque tem como premissa básica a concepção de que o ser humano, embora ao nascer tenha como herança a condição de ser social, precisa ser humanizado. E é no conjunto das relações de trabalho que ele se constrói como homem, ao mesmo tempo em que com a sua ação ele transforma a natureza.

3.1 A HUMANIZAÇÃO HUMANA

Embora "humanização humana" seja um pleonasma, esta figura de construção, perde seu significado diante da afirmativa de que o homem nasce animal e se torna humano. Com isto se está afirmando que o homem é um ser construído. Ele nasce em total dependência de um outro que lhe garante a sobrevivência como um ser na espécie. Esta garantia só existe no desejo deste outro, que sendo senhor do poder, e só o é porque tem o saber dos instrumentos do poder, o exerce na contradição dominador/dominado.

Desta posição ocupada no desejo do outro, o animal humano se conscientiza e se constrói como homem, no conjunto das relações sociais de trabalho, onde os significantes culturais lhe são mediados via linguagem. Isto é o que se pode nominar como processo de humanização.

No início, o homem só tem de homem o status de animal vivo. Como tal, não passa de um ser de necessidade. Para conquistar sua identidade, será preciso que se torne ser de desejo, isto é, consciência desejante ou consciência de si. Para aceder à consciência de si, o animal vivo, vê-se na obrigação de suprimir o outro como animal vivo, já que o advento da consciência de si impõe poder reconhecer-se no outro. Mas, inversamente, para tanto é preciso também que o outro possa reconhecer-se nela. A essência do desejo irá encontrar aqui sua expressão, no fato que é preciso necessariamente que um encontre no outro uma outra consciência que

deseje .(DOR,1989,p.133)

Mas o processo humanização só acontece se a ação do homem sobre a natureza, sobre os outros homens e sobre si mesmo - na busca da satisfação das suas necessidades - libertar da condição alienante da unilateralidade, que é dedutivo, para a condição de omnilateralidade adquirida através do trabalho não dividido.

Nesta visão, o trabalho é o princípio educativo. Ao exercê-lo, o trabalhador transforma a natureza e a coloca a seu serviço. Ao mesmo tempo ele se constrói, produzindo o seu próprio conhecimento.

Como já foi dito, o homem nasce na condição de animal e precisa ser humanizado.

Esta humanização, na história da humanidade, aparece com um fim a atingir. Num primeiro momento, como um desejo de sobreviver nas relações com sua própria natureza e com isto, não só garantir sua existência como também propagar a sua espécie. É a metáfora imperativa da espécie que se manifesta nos instintos de reprodução. Ao que parece aí se instala a primeira falta que motiva o ser humano ao trabalho mais primitivo - o da sobrevivência. Ou a garantia da vida que até aqui é puramente animal.

Neste estágio, a natureza supre. O trabalho do homem é simplesmente o de coletar. Neste processo ele se depara com a privatização que a natureza em outros momentos o coloca. Esta falta motiva o trabalho de acumulação como bem de futuro.

A percepção da falta e do objeto de satisfação se constitui em uma relação interiorizada e subjetiva, entre sujeito e objeto, que se constroem numa interação, dando ao homem a consciência de seu ato de transformação de sua realidade. É este atributo peculiar do ser humano que o diferencia da ação animal. Esta capacidade humana o torna criativo, portanto, inteligente - principal diferença entre o homem e o animal.

Estas considerações são fundamentais a partir do momento em que se afirma que o homem nasce animal e precisa ser humanizado. Ouseja, o ser humano, embora traga ao nascer todo o potencial necessário a sua humanização, precisa ser construído. É no processo de culturação transmitido através do conjunto das relações, que o homem perde a sua condição de primitividade.

O homem nasce num estado natural, mas precisa dominar intelectual e materialmente a natureza para a garantia de sua existência, isto é, seja sujeito do processo cultural em que se insere. Isto quer dizer que ele é capaz de conceber em sua mente o que deseja transformar. "Ele é capaz de figurar na mente sua construção antes de transformá-la em realidade." (KUENZER, 1992)

Ou como afirma Marcuse: "Acentuei repetidamente o caráter histórico das necessidades humanas. Acima do nível animal, até as necessidades da vida numa sociedade livre e racional serão diferentes das produzidas numa sociedade racional e não livre, e para ela (IN DORIA, 1974, p. 273)

A história da humanidade nos revela que a primeira luta que se trava no homem é a superação de sua condição de

animal. Isto acontece quando ele começa a se produzir, se organizar dentro do conjunto das relações sociais de trabalho. Então ele se vê mais forte, isto significa que já pode, já possui a capacidade para realizar um trabalho. Já sabe que sabe. Ao ter este conhecimento, esta motivação, o homem supera sua condição de animal para a condição humana, ou seja, deixa de ser um escravo porque passa do "homo faber" para o "homo sapiens". Sabe que é capaz de planejar a sua ação e de executá-la, ou como executá-la. Quanto mais o ser humano se encaminha para este fim, mais ele se humaniza.

Assim, o homem primitivo dirige sua ação humanizadora numa relação direta com a natureza, que o coloca na posição de total dependência. De unilateralidade por ser repetitivo na sua ação. Ele é treinado para produzir bens de sobrevivência. Como ele não possui os instrumentos para a independização, ele tem que resignar-se às vontades do outro. É a alienação do desejo. É o que faz o homem primitivo, o homem estático, incapaz de se movimentar, de sair do lugar onde se encontra, porque não possui o instrumento para a realização da ação consciente. Neste estágio é a natureza que oferta. Ela é toda poderosa e cheia de graça. Ao homem cabe apenas a resignação de sua falta. A humanização aqui é de uma total dependência. Pois se a natureza não lhe prover, na sua falta ele morre. A inabilidade com a natureza é tão grande, que ele se torna submisso e indefeso. A mercê das forças do céu. O que significa merecer ou não.

Para isto é preciso a odediência. Estar de acordo com os desígnios do poder, da eterna sabedoria do outro. Nesta posição desqualificatória o ser humano cumpre tarefas sem

exercer o trabalho, porque ele é desapropriado do saber e como tal do valor do trabalho. E o que se pode dar conta na relação de produção do sistema capitalista.

Neste estágio, portanto, a relação do homem com a natureza se realiza de modo direto e unilateral... A sua sobrevivência está diretamente ligada aos frutos que a natureza lhe oferece. O homem não possui ainda o instrumento que lhe possibilita a relação indireta de sobrevivência.

Mas pela própria mobilização que a natureza oferece - a falta - o ser humano sai deste determinismo para o movimento organizado, consciente - o saber - na busca de seu sujeito de produção.

Para isto é preciso que ele realize instrumentos, os crie e os coloque a seu serviço para sobreviver. O homem não nasce pronto enquanto homem. Ele precisa se construir. E isto só é possível na dinâmica das relações, onde o homem se humaniza.

Embora ele traga todo o potencial que precisa para garantir a sua existência, ele só conseguirá sobreviver se este potencial passar pela interação homem/natureza.

Neste sentido, escreve Alvaro Vieira Pinto:

A complexidade do instrumento, a partir do casual achado de uma lasca de pedra até as descobertas sensacionais que se seguirão no tempo, assim como a complicação crescente nas técnicas de sua utilização, aumenta sempre e se reprime pelo domínio progressivo e cada vez mais rendoso da natureza. E decisivo observar que concomitantemente com o processo de domínio cada vez maior da natureza, o homem vai criando a si próprio, acelera o seu

desenvolvimento como espécie biológica, cuja característica é o poder de produzir os bens de que necessita. O homem se hominiza ao humanizar, pelo domínio, a natureza."(PINTO, 1977)

De posse do instrumento, a relação homem/natureza, passa da submissão para a participação. E como afirma o Professor Evaldo Antonio M.Ferreira, "esta relação, agora se dá de maneira indireta, pelo processo de mediação do instrumento."

Neste estágio de desenvolvimento, o homem não espera mais pela vontade da natureza. Ele planeja a sua ação, o seu trabalho em busca de suas satisfações, o que o torna mais livre. No processo de demanda começa a haver a troca, a interação, conseqüentemente, as transformações. O homem é agora um ser participativo, capaz de modificar. Ele pode até não dispor da força que necessita para o domínio, mas possui o instrumento que o deixa também forte, poderoso e capaz. E a troca. O reconhecimento do valor de seu trabalho. O ser humano na consciência de planejar o produto de seu trabalho, se torna ciente do seu valor de uso. O que o coloca em outra posição na mais valia. A luta de classe pelos seus direitos.

Aqui acaba o desafio ameaçador das forças naturais para iniciar-se o processo de competição, da disputa e da concorrência.

Como na relação dominante-dominado, a superação só é possível quando os instrumentos de poder são equivalentes. Assim, a procura e a oferta devem ter o mesmo valor de troca para que se concretize a demanda. Quando no jogo da procura

e da oferta, uma se sobrepõe a outra, então não existe demanda, mas exploração, autoritarismo, tirania. E na igualdade de condições de luta que se tem a democracia e a cidadania.

Ao atingir a capacidade da troca, não se tem o escravo ou o amo, mas sim, a interação do sujeito com o objeto. E dialeticamente a identidade de um está na contradição da identidade do outro. Como na demanda, a oferta só é oferta na contradição da procura e a procura só é procura na contradição da oferta.

Deste jogo metafórico, o que permeia os termos - procura e oferta - é a falta. Daí pode-se deduzir que em qualquer capitalização não existirá a falta, e portanto, não haverá demanda. Do que se pode dizer que reconhecer a falta é dar ao outro um lugar no desejo. E partilhar, é construir, é humanizar.

Com esta concepção de homem, de trabalho e de natureza, serão pesquisados e analisados os alunos do período noturno da UFPR, enquanto procura e os cursos, enquanto oferta.

4. OS ALUNOS DO PERÍODO NOTURNO DA UFPR.

Para estudar os alunos do curso noturno da UFPR, enquanto procura da escolaridade no processo de demanda, foram levantadas as questões: Quem é este aluno; o que ele procura e qual é a sua procedência.

O objetivo é encontrar nas respostas destas perguntas subsídios que possam colaborar na discussão relacionada ao ensino noturno e o trabalho. Para tal, foram usados uma série de instrumentos de pesquisa com alunos e professores, como questionários, entrevistas, observações e depoimentos.

Como principal fonte de dados, para responder às perguntas iniciais, foram tomadas as pesquisas publicadas em 1990 e 1992 nos Cadernos da Avaliação seis e sete, realizadas pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa num universo de 1.191 questionários respondidos para um total de 2.972 alunos, que frequentavam em 1989 a Universidade à noite e de 220 questionários preenchidos pelos professores, que lecionam nos cursos noturnos.

De acordo com os dados dessas pesquisas 87.2 por cento dos alunos dos cursos noturnos são trabalhadores. Destes, um percentual de 78.8% trabalha em empregos fixos, do que se pode afirmar que o aluno do noturno trabalha e estuda à noite. O que é diferente dizer que estuda à noite porque trabalha.

Estas afirmações seriam redundantes se elas não se diferenciasssem na sua intencionalidade.

Quando se afirma que ele trabalha e estuda à noite, o que se diz é que ele já detém um conhecimento, já dispõe de experiências que lhe dão maturidade como trabalhador. Ele procura a Universidade na expectativa de uma correspondência entre o conteúdo que ele aprende e o mercado de trabalho. Neste sentido 51.2 por cento vê alguma correspondência, para um percentual de 41.0% que discordam. O que é um dado bastante significativo. (Cadernos de Avaliação, n.6)

Diferentemente da posição anterior, a afirmação de que o aluno estuda à noite porque trabalha o coloca num determinismo no qual ele é um desafortunado pela natureza, que não lhe concedeu as aptidões necessárias para vencer na vida. Esta posição, pertinente ao sistema capitalista, faz parte não só do senso comum, como também da consciência de muitos intelectuais.

Na visão de que o homem se humaniza no conjunto das relações sociais de trabalho e nele se constitui socialmente, pode-se assim, afirmar, que o trabalho organiza a oferta da escolaridade. E com esta concepção que o aluno do noturno será aqui estudado.

Não se trata, portanto, de um simples relato de dados isolados, neutros, mas sim articulados à realidade, entendida como inacabada. Como um devir a ser construído, no qual o trabalho é o princípio fundamental nesta construção.

Partindo deste pressuposto, ao dominar a natureza, ao produzir-se, o homem passa a desenvolver a inteligibilidade no defrontamento com e no domínio da natureza, dentro de um

processo de criação e de troca. No entendimento de que ao dominá-la o homem cria, e ao criar descobre e ao descobrir constata que ele é capaz de produzir instrumentos que lhe conferem poder.

Neste processo - que se chama trabalho - se constrói o saber, que se constituirá em novo instrumental para percorrer outros caminhos nas relações homem/natureza. Ou seja, ao dominar, por exemplo, as forças da natureza, o homem as transforma em instrumentos que possibilitam novas conquistas, ao mesmo tempo que ele se transforma psíquica e socialmente.

E o que acontece, por exemplo, no desenvolvimento psicomotor. Ao excercer o domínio tempo/espço, a criança habilita seu instrumental psicossomático e cria, usando as próprias mãos com a natureza, outros instrumentos

Esta constatação é manifesta no discurso dos alunos que, ao dominarem determinado saber que lhes permite a sobrevivência, descobrem que no universo do conhecimento existem outros saberes não dominados, capazes de instrumentalizar o homem na busca da superação do próprio conhecimento, aumentando o seu potencial de domínio sobre o desconhecido. E isto que o motiva a buscar, entre outros, o saber escolar.

Dos alunos dos cursos noturnos 87.4% pretendem no futuro, conseguir um emprego em que possam utilizar o que aprendem na Universidade. (Cadernos da Avaliação, n..6)

Estes dados revelam o constante desafio do homem com a natureza, que se realiza no trabalho, e o leva a buscar o conhecimento como um instrumental para dominá-la.

Intencionalmente, o resultado desta pesquisa pretende despertar uma discussão sobre o ensino noturno, esta realidade escolar presente no sistema educacional brasileiro desde a época do Império, que tem sido uma constante busca daqueles que necessitam articular saber e trabalho.

Como escreve Beisiegel, salientando que este tipo de ensino se destinava para adultos: "o homem do povo que vive de salário, encontra nessas escolas a instrução que não pôde adquirir na infância, sem o prejuízo do trabalho, habilita-se a compreender melhor os seus direitos e deveres de cidadão e pai de família." (BEISIEGEL, 1974, p. 59)

Embora, historicamente faça parte do cotidiano educacional e com o mesmo objetivo - que é o de estender aos que precisam trabalhar para sobreviver e não dispõem de dedicação exclusiva para estudar, este tipo de escolaridade não tem sido devidamente analisado pelo que representa, tanto na formação do cidadão brasileiro, como na consolidação de interesses políticos.

Foi por exemplo, o que ocorreu na implantação do regime republicano. Neste momento de nossa história política, foram criadas as chamadas aulas noturnas, como eram chamados estes cursos de alfabetização, para ensinar a ler e a escrever, condição necessária para que se pudesse ter direito de voto.

Estes interesses políticos, na maioria das vezes centrados apenas no voto do eleitor, asseguraram às aulas noturnas, a sua continuidade até os nossos dias

. . faz-se mister ainda promover a
criação de cursos para o ensino pri-

mário de adultos analfabetos, e esta necessidade assume uma importância particular quando se trata de uma reforma, como a do sistema eleitoral, para cujo êxito, poderosamente contribuirá o desenvolvimento da instrução popular.
(BEISEGEL, 1974, P. 64)

Tais concessões pelo poder público incitado por movimentos sociais ou instituições religiosas, proporcionaram a cidadãos brasileiros a obtenção do título de eleitor, o que desta forma passaram a contribuir para as decisões políticas nacionais.

A análise que aqui pode-se fazer é a de que o trabalhador, que contribuía para a produção e desenvolvimento nacional, não podia decidir sobre o sistema político-econômico, porque não possuía a escolaridade necessária exigida como requisito para votar.

Esta condição de cidadania revela que só quem se apropriava do instrumental de ler e de escrever, podia ter acesso ao processo eleitoral que legitimava o governo. Só a estes era dada a possibilidade de participar do poder e desta forma assegurar a continuidade dos interesses econômicos e políticos existentes. A escola, neste contexto, assumia a função de manter a ordem do que estava posto, ou seja, a permanência do poder. A escolaridade assim colocada, é uma concessão e não um direito. E como tal ela é reprodutora do sistema político, econômico e social

A transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados pelo homem é necessária, mas não suficiente para compreender a verdadeira função de uma escola que pretenda dar sua con-

tribuição para a construção do socialismo. A educação escolar não pode ser reduzida à pura transmissão de conhecimentos. Os conhecimentos transmitidos devem ser "vivos e concretos", e não conhecimentos abstratos, autônomos, como se os mesmos tivessem vida própria, independentemente das condições histórico-sociais. Estar atento para esse fato é condição sine qua non para que a prática educacional não caia na mistificação.

(FRANCO, Luiz Antônio Carvalho - A escola do trabalho e o trabalho da escola. - São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.)

A escola era chamada a ensinar a ler e escrever sem se preocupar com a preparação do cidadão. A sua suposta postura de neutralidade política emprestava uma certa imagem de legitimidade das desigualdades das classes sociais, tornando-se um grande artifício em favor da continuidade do poder dominante.

Com o direito de voto do analfabeto, garantido pela Constituição de cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, o cidadão brasileiro não necessitava mais do aval da escola para exercer os seus direitos políticos de votos..

Assim do ponto de vista constitucional, a demanda do ensino noturno passa a ter outra dimensão. Não basta só ler e escrever. A sociedade moderna faz outras exigências. É preciso possuir um instrumental condizente com o momento histórico para sobreviver, não só biologicamente, mas sobretudo, social e politicamente. Este instrumental está no saber que lhes permite a capacitação para o trabalho, adquirindo na relação escola trabalho.

Nesta perspectiva, a escola deixa de ser um privilégio para se tornar um compromisso político social de formação do cidadão, não só para que ele possa participar nas decisões pertinentes aos interesses da maioria, na luta de classe, como também para que ele seja produtivo.

Não se trata aqui de um saber isolado, específico para a formação de mão-de-obra destinada a atender interesses restritos de grupos sociais minoritários que escravizam, mas sim, de um saber articulado a uma realidade histórica. O saber que qualifica na omnilateralidade. O que significa a interação da teoria e prática. Um saber formativo que se dá no conjunto das relações sociais de trabalho.

... a crescente cientifização da vida social e produtiva exige do cidadão trabalhador cada vez maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico e político, desde que se pretenda resgatar a sua função de sujeito da história, uma vez que a simplificação que caracteriza o trabalho contemporâneo, é a expressão concreta da complexificação da tecnologia através da operacinalização da ciência. Ou seja, quanto mais se simplificam os processos produtivos, mais ciência incorporam, exigindo mais conhecimento para a sua compreensão, controle e transformação.

(KUENZER, 1988.)

Para isto é preciso que se tenha como meta, a formação omnilateral do homem que lhes dê as condições de analisar criticamente a sociedade onde estão inseridos. Isto é possível quando se tem como princípio educativo o trabalho.

Muitos alunos que frequentam os cursos noturnos após uma jornada de trabalho, buscam a escolaridade pela escolaridade. A razão está na falta de escolha e na desarticulação da escola com o trabalho. A pesquisa mostra que 41.0% dos alunos do noturno da UFPR, não encontram correlação entre os conteúdos transmitidos e o mercado de trabalho. (Cadernos da Avaliação no.6)

Sobre estes alunos Edgar de Assis Carvalho comenta com propriedade:

... se pensarmos o ensino noturno, esse cotidiano vai apresentar um conjunto de características singulares, pois recebe um aluno que já está inserido na produção capitalista e que chega à escola já esgotado pelas lidas do trabalho que o explora e avilta. Resultado disso é o grande índice de evasões, reprovações, desistências, fenômeno que contribui para a formação de um contingente de força de trabalho cada vez mais desqualificado, pois o que se aprende na escola nada tem a ver com o que se vive no mundo do capital.
(CARVALHO, 1986, p.5)

Esta busca da escolaridade pela escolaridade está na consciência capitalista que prega o ensino como meio de ascensão social. Mas ao dificultar o acesso à escolaridade e fragmentar o ensino, leva o trabalhador a uma busca cega. Milagrosamente, eles esperam encontrar nesta instituição os meios que lhes proporcionem uma melhoria de vida. Nesta perspectiva, 87.4% dos alunos esperam, no futuro, conseguir um emprego em que possam utilizar o que estão aprendendo. (Cadernos da Avaliação no.6) Que lhes confira o direito de

exercer um trabalho com conhecimento através do qual eles possam melhorar sua condição de vida. Ou seja, determinar o valor de uso e o valor de troca de seu trabalho. Esta afirmativa é relevante e se expressa no dito dos alunos entrevistados: 'eu trabalho de dia e estudo à noite. É cansativo, mas eu me esforço para ser alguém na vida.'

Embora este depoimento manifeste a crença de que é pela via da escola que se dá a transformação do sistema social, o que é analisado por alguns estudiosos das mudanças sociais como postura ingênua, porque faz a separação entre educação e trabalho, entre infra e super-estrutura ela revela a expectativa do aluno trabalhador na construção de sua identidade social, pela posse do conhecimento obtido nas instituições de ensino.

Mas só esta crença não basta, se não houver a reflexão no dito acadêmico de que a divisão entre teoria e prática qualifica o indivíduo a nível de formação, mas o desqualifica na ordem do sistema com a fragmentação do trabalho

A busca do reconhecimento através do saber não confere ao aluno a identidade social que ele procura na escolaridade, se ele não for conscientizado como sendo parte integrante do processo de produção. Não basta ser uma parte. Tem que fazer parte da totalidade do processo. Isto é, não basta só executar. É preciso também planejar, participar.

Se antes os alunos que buscavam a Universidade tinham como objetivo um status social, hoje as aspirações aos cursos universitários trazem também as exigências da própria sociedade. Isto porque, no momento em que a sociedade avança impulsionada pela tecnologia, ela inventa uma linguagem, na

qual só pode ter acesso quem obtém o código do saber tecnológico. A busca deste conhecimento, mais do que a procura do status social, é ter a consciência de que ingressar neste campo é mais um instrumental para ampliar os direitos à cidadania.

Na minha profissão, o raciocínio lógico é muito importante, porque trabalho em uma área técnica. Para resolver os problemas que surgem no dia-a-dia preciso determinar maneiras de trabalhar que sejam mais eficientes e menos onerosas; também é preciso durante estes trabalhos uma análise de esquemas, 'pontos', além de projetos e levantamentos estatísticos. O curso de matemática permite desenvolver o raciocínio de maneira a permitir uma análise lógica dos fatos, considerando conhecimentos sem relevar os "achismos". Além disso este curso noturno tornará possível uma especialização em área tecnológica, que talvez, tenha até maior valor do que um curso superior. Só que a faculdade não oferece opção, pois o aluno do curso de Matemática noturno, que trabalha o dia todo, dificilmente poderá fazer o curso de Bacharel em Matemática, podendo somente fazer o curso de Licenciatura. (C M M) curso de Matemática noturno

Esta expectativa atribuída à escolaridade, só terá sucesso se estiver articulada à uma visão de trabalho entendida não só como meio de sobrevivência, mas também como força de luta nas transformações da sociedade.

Mas, para que isto aconteça, é preciso que o trabalho seja tomado como princípio educativo. Nesta visão, o aluno se forma como força produtiva, tendo a consciência de que o trabalho é um bem social e não um favor que lhe é concedido

para a simples sobrevivência.

Com este sentido, a escolaridade confere ao trabalho uma dimensão politizante. Ela passa da formação do homo faber para a formação do homo sapiens. Do homem maquinizado, que vale pelo que produz, para o sujeito que detém o critério da valorização do seu trabalho.

O aluno do curso noturno, mais que aluno, é um cidadão trabalhador, que procura após sua jornada de trabalho, a escolaridade a fim de melhorar sua própria capacidade de produção ou acrescentar novos conhecimentos a essa mesma prática; mais que o status social, ele busca um direito à cidadania. Isto quer dizer que aspira deixar de ser um mero objeto em relação ao processo produtivo, para tornar-se também sujeito em relação a ele.

O ensino, com estes propósitos, estaria embasado nas condições objetivas de produção. Isto significa preparar o aluno, não só para suprir a demanda do mercado de trabalho, mas sim, prepará-lo para exercer o trabalho consciente com o domínio do saber, político e transformador. Neste entendimento, mais que transmitir o saber para o trabalho, a escola tem o papel de humanizar, de refletir as relações de trabalho num contexto histórico, político e social. Deste modo, o aluno passa de mero espectador contemplativo para construtor do seu saber. Ele é colocado, inserido no processo e não à parte deste. A escolaridade assim dimensionada possibilita ao aluno uma visão humanizada do conhecimento.

Na entrevista de uma aluna egressa do curso de Pedagogia noturno, este sentimento parece evidente ao dizer:

Eu fiz vestibular para o curso de Matemática e passei para o de Pedagogia, porque eu estava me tornando uma máquina de calcular. Eu queria o magistério, não tinha o humanismo no curso de Matemática. Eu queria ser professora. Por isso optei por Pedagogia. Hoje sou auxiliar de Supervisão. Não faço tudo o que gostaria de fazer, porque estou numa escola particular. Faço um bom trabalho. É o que quero.

(J.C., Auxiliar de Supervisão)

O que se pode analisar do conteúdo manifesto desta entrevista, é que ao exercer a prática sem perceber nela o sentido humano, ou seja, quando não se tem a razão do porquê se está realizando certa atividade, ou quando se desconhece sua finalidade enquanto trabalho, portanto, quando a ação humana não está articulada a um saber, quando o apreço decorrente do prazer que a ação humana proporciona é desapropriado do trabalhador, este trabalho passa a ser um ato mecânico, que desqualifica e é psicotizante.

Nesta compreensão, o trabalho deixa de ser um bem do conforto, para se tornar um bem de alienação. Não tendo a consciência da totalidade de suas ações, o trabalhador ocupa o lugar da máquina. Ou seja, apenas executa comandos. E como tal é propriedade, porque ele deixa de ser sujeito para se tornar um objeto de produção.

Como se percebe na análise do conteúdo desta entrevista, o ato pedagógico de qualificação é considerado um trabalho. O que significa que no processo de escolarização não se pode fazer a divisão entre teoria e prática, pois ao se escolarizar o ser humano realiza uma ação, portanto, um trabalho.

A pesquisa realizada pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa da UFPR, sobre os alunos que frequentam os cursos noturnos, demonstra que eles buscam nestes cursos um aprendizado que possam usar no futuro como possibilidade de emprego. (Cadernos da Avaliação, n.. 6.)

Ao comparar esta expectativa com os conteúdos dos currículos da Universidade, se percebe que eles são desarticulados do trabalho como formação integral do aluno, condição fundamental para o desenvolvimento no sentido de mudanças sociais. Não existe uma preocupação politizante. Todos os esforços são conduzidos para satisfazer a procura do que já se encontra colocado na sociedade. Ou seja, para a melhoria quantitativa da mão-de-obra para o capital.

Esta afirmativa se comprova pelo fato da inexistência de uma proposta pedagógica por parte da Universidade para a formação dos trabalhadores. A sua pseudo-neutralidade, reproduz os interesses da sociedade onde está inserida, ou seja, da sociedade capitalista. A Universidade se propõe a formar o cidadão que a sociedade lhe pede. Ela não questiona este pedido. A demanda do aluno é o pedido da sociedade. Ele traz no seu interesse o que interessa ao sistema social e político dominante.. Ele vem à Universidade, como já foi dito anteriormente, com a promessa de que se estudar, será bem sucedido na vida. Isto é o que se percebe na mídia. Já faz parte do senso comum, formado pela comunicação de massa, que o estudo não só garante o bem-estar financeiro, como também oferece uma identidade. E o que se pode deduzir de propagandas como: ' Não se disfarce: estude para valer. Faça um curso com identidade (Jornal Gazeta do Povo - 23/06/91)

Ou como esta: "Seja um oficial militar"

Ou esta outra: "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, promoção humana"

Diante destes dados, pode-se concluir que no senso comum, esta consciência de que é pela escolaridade que se tem o direito de ter uma vida condigna com os tempos modernos é incontestável. O aluno que procura o curso noturno da UFPR deixa manifesta a sua crença de que se estudar terá mais sucesso no seu trabalho. Que o conteúdo das disciplinas do curso que frequenta, corresponde às expectativas do mercado de trabalho. Que pretende no futuro conseguir um emprego em que possa utilizar o que está aprendendo. (Cadernos da Avaliação n.7).

Através desta pesquisa ficou revelado que a busca dos alunos que demandam a estes cursos é uma certeza da capacitação profissional pela escolaridade, não só no trabalho que já exercem, como também no que pretendem desempenhar no futuro. Por outro lado, esta pesquisa revela que os cursos da UFPR não levam em conta que este aluno é um trabalhador. Que ele já participa do processo tecnológico de produção. A pesquisa publicada no Caderno da Avaliação número 6 da Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa da UFPR, confirma que 87, 2% dos alunos que frequentam o curso noturno desta Universidade, trabalham.

E aqui é importante frisar que estes alunos trabalham e estudam à noite. O que é diferente dizer que estudam à noite porque trabalham

Ao afirmar que trabalham e estudam, não se coloca estas duas atividades como se fossem antagônicas, como parece

querer dizer a expressão "estudar à noite porque trabalham'. Mas é articulá-las. E levar a Universidade a repensar a oferta dos cursos noturnos, considerando que os alunos que demandam a estes cursos já detêm o saber do trabalho que exercem e que deve ser levado em conta na organização de seus currículos. Isto porque estes alunos buscam na Universidade maiores conhecimentos para melhorar a sua produtividade e conseqüentemente sua melhoria de vida..

Escolhi o curso porque trabalho na área técnica e esse curso, é o que mais me oferece possibilidades de conhecimentos na área de Matemática já adquiridos....A outra razão da escolha do curso é que poderei lecionar Matemática após formado.
(L.C.M. - Curso de Matemática - noturno)

Ao separar as atividades - estudo e trabalho - atribuindo muitas vezes a uma o fracasso da outra, a escola se exime do encargo de repensar a sua prática.

Ela desconsidera o saber do aluno. E ela que determina o conhecimento a ser distribuído. Não é dado ao aluno a escolha. Isto fica claro no vestibular, onde o aluno tem que se inscrever nas ofertas da Universidade. No ensino noturno estão as de menor custo. São cursos que nada ou pouco têm a ver com o trabalho já desempenhado no dia-a-dia.

Nas entrevistas realizadas com os alunos dos cursos noturnos para este trabalho, encontra-se depoimentos como este: "Se eu pudesse ter feito outra escolha, não teria escolhido o curso que frequento'. Ou como aparece nos dados publicados pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, no Cader-

no da Avaliação n. 6, onde 60,8% dos alunos escolheram o curso que frequentam por ser o único de seu interesse. O que se pode deduzir é que entre os cursos ofertados não existe para o aluno, muitas opções.

Esta realidade fica confirmada na mesma pesquisa, acima citada, com o percentual de 37,5% de alunos, os quais escolheriam outro curso, daquele que já frequentam no noturno, se pudessem estudar no período diurno.

A ausência do espírito democrático da Universidade com relação à procura, se expressa não só na seleção do vestibular. Ela está presente também na viabilização da distribuição do saber. E o que se observa nesta entrevista com uma aluna do quarto ano de Pedagogia, noturno:

Eu tenho que fazer Prática de Ensino. Trabalhando na rede pública a três anos e trabalhando na escola particular a três anos. Portanto, tenho seis anos de experiência de magistério como professora de primeira a quarta série. Eu tenho que fazer Prática de Ensino de primeiro grau, de primeira a quarta série. Eu pedi para fazer na minha escola, no horário contrário para montar um projeto de recuperação. Eu não posso fazer na minha escola. Eu tenho que fazer onde a Universidade quer, do jeito que a Universidade quer. Então pedi que me mandem direto para o segundo grau, que é a área em que vou atuar, de magistério. Não posso. E a legislação.
(R.C.A - Escola Municipal Jornalista Cláudio Abramo)

Nesta entrevista, percebe-se, não só o autoritarismo com que a Universidade distribui o saber, como também a divisão entre teoria e prática, o que já foi comentado acima,

e o desconhecimento total do trabalho do aluno. A Universidade não leva em conta se o aluno é um profissional qualificado que já detém um saber. Ela está centrada na função de passar um conhecimento teórico para que o aluno seja formado e possa exercer uma prática autorizada pela Universidade. Não tem a preocupação de resgatar, pelo trabalho do aluno, o conhecimento que ele já domina e que produz.

Para melhor ilustrar esta entrevista, a aluna cita que seu estágio "tem que ser do jeito que a Universidade quer." Disto se deduz que o conhecimento universitário não é dialetizado. Portanto, não passa pela totalidade da relação entre teoria e prática. É um conhecimento divorciado da realidade. De ilustres "homo sapiens" para insignificantes "homo faber".

Para que a Universidade cumprisse o seu princípio democrático de escolaridade para todos, não poderia se furtar de uma oferta de conhecimento que atenda ao saber do aluno adquirido no desempenho de seu trabalho. A função da escola de distribuir o conhecimento universal e socialmente acumulado, não significa que ela detém um saber pronto e acabado. Numa visão crítica, isto seria dizer que o conhecimento é algo estático. Que ele não evolui. Não é histórico. Nesta ótica, o conhecimento transmitido na escola é repetitivo. E a premissa de que é no conjunto das relações que se produz o conhecimento, não seria verdadeira.

O que quer dizer não somente distribuir o saber de forma acessível à aquisição pelo aluno, mas principalmente significar este saber. Ou seja, concretizá-lo nas relações de trabalho

Para isto é preciso que o conhecimento seja transmitido de maneira crítica. Elaborado conscientemente no conjunto das relações de trabalho. Assimilado nas suas articulações históricas. O que se pode chamar de construção do conhecimento. E como tal deve ser introjetado, o que o transforma num saber pensado, consciente e humanizado.

O fundamento para esta afirmativa está na concepção de que o ensino escolar é um trabalho. E é no trabalho que se produz o saber. Por isto, o ensino mais que uma transmissão de conhecimento é o compromisso com a construção do homem, no conjunto das relações de trabalho inseridas no processo histórico. O que se categoriza como humanização.

Mas isto implica na troca do conhecimento universitário com a vivência do aluno. Adquirida e muitas vezes comprovada no seu cotidiano.

E nesta troca que o professor e o aluno realizam a totalidade, ou seja, a relação entre teoria e a prática. Só nesta manifestação é possível avaliar o saber para que ele possa ser reconstruído. E a cada reconstrução, este saber deverá ser modificado, para que seja constantemente atualizado.

E pertinente à Universidade transmitir o conhecimento de hoje, embasado no de ontem, com perspectivas no de amanhã. Só assim não correrá o risco de se tornar obsoleto. E o aluno terá a certeza de que o seu aprendizado, que acontece a cada aula, não começa nem acaba na Universidade. Pelo contrário, é um aprendizado contínuo, porque ele é construído dentro de uma concepção histórica. Como tal, jamais será isolado, compartimentalizado e estático.

Konder escreve. "O indivíduo isolado normalmente, não pode fazer história. suas forças são muito limitadas." E se referindo ao poder da organização, continua:

E preciso que a organização não se torne opaca para o indivíduo, que ele não se sinta perdido dentro dela; é preciso que ela não o reduza a uma situação de impotência contemplativa ou a um ativismo cego. Se não, o indivíduo fica impossibilitado de atuar revolucionariamente e se sente aliviado na atividade coletiva. A organização deixa de ser o lugar onde suas forças se multiplicam e passa a ser um lugar onde elas são neutralizadas ou instrumentalizadas por outras forças, orientadas em função de outros objetivos.
(KONDER, 1983, p.76)

E preciso que a Universidade, enquanto instituição de transmissão e produção do conhecimento, tenha a consciência de que a sua escolarização se destina ao aluno trabalhador. Que ela pode ter uma ação alienante ou libertadora. Como na relação mãe e filho, que no desejo, ela lhe reserva um lugar para conduzi-lo através da linguagem ao mundo dos significantes e desta forma reproduz o jogo do amo ou do escravo. Assim também a Universidade, pela mediação do conhecimento, pode fazer o jogo do dominador e do dominado.

4.1 A PROCEDENCIA DOS ALUNOS DOS CURSOS NOTURNOS DA UFPR

Não falar da procedência dos alunos que frequentam os cursos noturnos é negar a escola pública e gratuita.

A pesquisa revela que 87.2% dos alunos procedem do mercado de trabalho. O ensino superior noturno e gratuito representa uma oportunidade de continuar os seus estudos, uma vez que, deste percentual, apenas 19.0% fizeram o segundo grau em escolas particulares

O discurso, hoje veiculado nos meios de comunicação, é que os alunos das universidades públicas são os que procedem das classes economicamente favorecidas. O aluno pobre está hoje frequentando as universidades privadas. Estas afirmativas têm sido feitas por governantes e administradores da educação pública.

As pesquisas sobre este assunto têm demonstrado que a busca do ensino privado se dá pela falta de alternativas. A educação pública não oferece um ensino compatível com o trabalhador. Os poucos ofertados pela rede pública, como os cursos supletivos noturnos, não conseguem atender à procura por falta de vagas. Os dados da FUNDEPAR revelam que 1987, 60% dos jovens numa faixa etária de 15 a 18 anos estavam matriculados nos cursos noturnos. (KUENZER, Proposta para reestruturação do ensino de 2. grau noturno - Documento Preliminar)

A educação nacional sempre esteve sob a direção de grupos afinados com o poder dominante. Afirmar que ela não se universalizou, que ela se destina aos favorecidos economicamente é o mesmo que perguntar sobre os interesses dos dirigentes da educação pública brasileira. Sabe-se que o poder de estado brasileiro sempre esteve a serviço dos interesses de grupos privados.

Diante desta constatação pode-se também perguntar: existe uma educação pública no Brasil? Se existe a que interesses ela se destina?

Atribuir à Universidade o elitismo da educação, é desconhecer que a educação é um processo que começa fora da escola. É desconhecer que o investimento educacional não pode ser entendido neste ou naquele período de escolaridade. Mas deve ser analisado numa totalidade. Educação não se dá numa fase do desenvolvimento humano. Ela é o desenvolvimento do homem. É um contínuo que deve ser pensado dentro de uma dinâmica e não de forma estática, de fases compartimentalizadas.

A evidência desta argumentação está na procedência dos alunos dos cursos noturnos. Eles têm a iniciação escolar nas escolas públicas. A pesquisa publicada nos Cadernos da Avaliação, n.6 da Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa da UFPR, revela que 53,8% dos alunos dos cursos noturnos da UFPR, não frequentaram o pré-escolar; 74,3% realizaram seus estudos de primeira a quarta série em escolas públicas regulares; 69,6% terminaram o Primeiro grau, a partir da quinta série, em escolas públicas; 50,2% concluíram o Segundo grau em escolas públicas regulares e profissionalizantes. Estes dados

demonstram que a Universidade faz parte do processo de um sistema de vida.

Para entendê-la é preciso contextualizá-la. Tomá-la num processo de continuidade e não como terminalidade.

O aluno não deve só chegar ao curso superior, mas também passar por ele. Chegar é ter a idéia de fim. Pois na verdade, o curso superior é para muitos alunos um instrumental a mais que ele precisa para desempenhar com maior eficiência o seu trabalho. E deste modo ser mais produtivo. (Cadernos da Avaliação no.7)

Na pesquisa acima citada, para a grande maioria dos alunos dos cursos noturnos foi na escola pública que eles tiveram a base de seu saber que, direta ou indiretamente, lhes garante o sustento. Isto é bastante manifesto nos depoimentos relatados. Principalmente por aqueles que frequentam os cursos de ciências exatas, contábeis e processamento de dados. Nestes cursos, um grande contingente dos alunos são trabalhadores de instituições comerciais, como bancos, onde já exercem um saber específico aos cursos que frequentam. Ou, como no curso de Pedagogia, onde existem alunos que já são profissionais do magistério, habilitados e lotados em escolas públicas.

Portanto, não se pode repensar o curso universitário isoladamente do processo de escolaridade básica do aluno. Mas como continuidade do ensino de primeiro e de segundo graus. O aluno que procede da escola pública precisa ter condições de continuidade no curso superior. O que significa ter mais oferta para que a escolha seja articulada ao seu trabalho

Neste entendimento é fundamental uma proposta única de educação, que tenha como compromisso a cidadania e como princípio educativo o trabalho.

Para evidenciar a desarticulação e fragmentação da educação brasileira, basta relembrar as últimas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na Lei 4024, o aluno tinha que prestar o exame de admissão que selecionava para o ginásio. Como também eram selecionados os alunos que desejavam frequentar determinadas escolas do chamado científico ou clássico.

Na Lei 5692, desaparece a divisão entre primário e ginásio para se transformar em Primeiro Grau. É interessante notar que as escolas, com formação específica para o trabalho, como as Escolas Técnicas Federais, adotem até hoje os exames seletivos para o ingresso de seus candidatos. Mesmo sendo escolas - ditas públicas. E o público que devia ser franqueado a todos os que desejassem usufruir, acaba sendo restrito a uns poucos. Sabe-se que esta seleção não tem o caráter de pré-requisitos, necessários em alguns casos de habilitações específicas, mas sim de carência de vagas.

Nesta forma de condução da escola pública, pode-se dizer que a Universidade é elitista, porque ela contempla o privilégio de alguns, mas se pensar a Universidade como um direito de todos aqueles que a almejam, é pensá-la como um processo de escolaridade onde todos têm acesso. E dar à palavra Universidade, não só o sentido de uma instituição de muitos saberes, mas sim de muitas categorias de cidadãos em igualdade de direitos na busca de muitos saberes. Para isto é preciso ter um sistema educacional centrado na realidade

da maioria da população que é trabalhadora. O que significa propiciar uma infra-estrutura educacional que atenda às aspirações de escolaridade a partir de zero ano.

Como infra-estrutura entende-se as condições satisfatórias para a escolaridade começando pelas condições de vida. Ou seja, alimentação adequada, um programa de saúde que acompanha a criança em seu desenvolvimento biológico, habitação em concordância como o saneamento básico para que seja possível a criação de hábitos de higiene, transporte e horário de trabalho condizentes com o período de estudo do aluno trabalhador, ou que deseje trabalhar, além das condições físicas e materiais pertinentes à escola.

Estas questões são levantadas porque na pesquisa para este trabalho ficou revelado que o aluno da Universidade é apenas um número de matrícula. Ele não tem outra identidade. Sua vida universitária se reduz às salas de aula. Muitos deles são ilustres desconhecidos em turmas numerosas, onde o nome é apenas mais um na chamada do professor. Isto é o que se percebe em listagens de frequência de algumas disciplinas.

A Universidade não tem em sua estrutura a preocupação com o aluno fora das salas de aula. Não faz parte da Universidade a saúde, alimentação, transporte e habitação para o estudante. As instituições existentes que atendem a estas necessidades, são insuficientes e precárias. Estas questões extrapolam a Universidade. São ditas como não sendo de competência da Universidade os problemas individuais dos alunos. Ou como afirmaram alguns professores nas entrevistas - a Universidade não tem condições de manter a biblioteca

aberta para o aluno estudar, pesquisar no seu horário de aula, referindo-se ao período noturno, muito menos terá para dar assistência aos problemas pessoais de cada um. Isto é utopia.

Este discurso comum a muitos professores, demonstra a concepção de Universidade como um privilégio àqueles que se destacaram pela sua notável inteligência. São aqueles que estão acima da média da inteligência comum. Que procedem da famílias bem situadas economicamente. Que dispõem de dedicação exclusiva para estudar. Que possuem todo o instrumental necessário para a sua formação, sem precisar depender de condições oferecidas pela instituição. Para esta concepção de Universidade o aluno do curso noturno é o grande lutador que consegue trabalhar e estudar. Com estes alunos deve-se ter complacência, porque eles são procedentes de uma classe menos favorecida, que já chegaram ao ensino superior com grandes dificuldades. O ensino noturno é visto como um 'ensino destinado aos pobres'. Por isto, o ensino deve ser franqueado para atender a todos. (Cadernos da Avaliação n..7)

"Somos tratados pelos professores como cansados e por isso não exigem todo o esforço que poderíamos dar. (...) nosso curso noturno deixa muito a desejar, porém sempre teremos esperança que um dia seremos levados a sério." (E.M.F. - Matemática noturno)

A Universidade compreendida como parte de um processo educacional, não pode se furtar de pensar o aluno trabalhador no conjunto das relações sociais de trabalho. Para isto é preciso ter uma visão aberta de Universidade, voltada para a maioria. Com objetivos de criar condições para socializar

o saber que ela acumula.

Ao contrário, o que se constata é uma instituição fechada em si mesma. Que repete, no seu interior, a sociedade de classes formadas por alunos e professores nas suas mais estruturadas posições hierárquicas. O aluno do período noturno da UFPR não tem a seu dispor os serviços básicos de infra-estrutura para seu aprendizado, dentro da própria Universidade. O que demonstra a discriminação a uma dita categoria de ensino, que se chama ensino noturno.

Nesta modalidade de ensino, os investimentos econômicos são de baixa monta. E por isto, que estes cursos podem ser noturnos. Basta reutilizar os espaços das salas de aula e alguns professores que se dispõem a lecionar no ensino noturno.

Mais uma vez o aluno do curso noturno ocupa a posição que lhes é reservada em toda a história da educação no Brasil:- uma "concessão" aos menos favorecidos. Aos que têm a sua procedência no mercado de trabalho. Eles não são considerados enquanto parte do processo de crescimento econômico do país. E a estes é dito que devem pagar seus estudos, porque só uma elite econômica frequenta as Universidades Federais. Como afirmava numa entrevista concedida a uma rede de televisão, um administrador da educação pública: "Basta olhar os pátios das Universidades cobertos de automóveis, para ver quem são os alunos que as frequentam."

Nesta afirmativa está imbutida a concepção de escola pública. Ela passa pelo critério puro e simples de quem pode ou não pagar os seus estudos. Ou dos que têm ou não automóvel. Escola pública na realidade brasileira é um com-

promisso com o trabalhador. Por isso, ela não pode ser pensada de forma fragmentada por graus, como já foi colocado neste trabalho, por graus. Ela faz parte de um sistema político e econômico. A Universidade não pode estar à parte da sociedade como uma elite pensante. Como o sacrário do saber. Ela precisa realizar a práxis. Ou seja, qualificar, o que se dá na relação social do trabalhador com o processo de trabalho.

O aluno do noturno, através de suas relações sociais de trabalho, pode fazer esta articulação. Mas para isto, é preciso que ele seja inserido num processo educacional onde o trabalho seja o princípio educativo e a formação omnilateral do cidadão, o objetivo a ser atingido.

Omnilateralidade é, pois, o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidade e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e gozo, em que se deve considerar sobretudo o usufruir dos bens espirituais, além dos materiais de que o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho.

(Manacorda, 1975 - in: Cadernos de Ensino de 2.Grau - 2 - SEE do Estado do Paraná, Curitiba 1991)

E não num sistema onde ele tem que ser herói ou sobrevivente. Ou um bravo que conseguiu vencer as dificuldades da sobrevivência com mérito. Pelo seu esforço e sua vontade, para ter o direito de exercer a cidadania.

A civilização ocidental sempre glorificou o herói, o sacrifício da vida pela cidade, o Estado, a Nação; raramente indagou se a cidade estabelecida, o Estado ou a Nação

eram dignos do sacrifício .(MARCUSE, 1975,p.19)

A sociedade que permeia este heroísmo, não concede as condições de direito humano para ter o acesso à cidadania. O direito, princípio de liberalismo, para justificar o individualismo, passa a ser um privilégio que é concedido pela elite dominante àqueles que se esforçarem.

E paradoxal que a sociedade que exige uma qualificação de seus participantes, para a sua própria sobrevivência, dificulte as condições para esta qualificação. Que selecione seus membros, os quais desejam fazer parte desta sociedade, a qual tem como sustentação legal o princípio da liberdade e da igualdade de direitos. E o resultado da contradição entre capital e trabalho, se expressando no sistema escolar

Inserir o aluno no processo educacional, é pensar uma sociedade que mantenha uma infra-estrutura para formar seus cidadãos.

O aluno dos cursos noturnos tem seus direitos diminuídos aos serviços prestados pela UFPR. Como por exemplo, a orientação acadêmica de forma sistematizada. Como já foi comentado anteriormente neste trabalho, a sociedade que exige de seus cidadãos a capacitação para o trabalho e que sabe da importância da escolaridade para atingí-la, do papel que a qualificação do homem ocupa no desenvolvimento de um povo, não dá a seus integrantes as condições para o acesso à escolaridade

O que se percebe no discurso do senso comum, é que ensino público é sinônimo de gratuidade. Esta é a idéia unilateral da categoria ensino público. Mais que gratuidade, o ensino público deve ser entendido como um compromisso com a

democracia, para a transformação da sociedade de classes. Para diminuir as desigualdades sociais hoje tão contundentes no sistema político brasileiro. Onde os interesses individuais e de grupos são ostensivamente colocados sobre os interesses da coletividade trabalhadora..

Neste sentido diz Frigotto:

A educação básica para os trabalhadores, dentro da perspectiva do liberalismo conservador e de seu sucedâneo, neoliberalismo, funda-se no pressuposto de que o mercado é grande regulador das relações sociais e o árbitro que indica que a desigualdade social, não resulta de relações de poder, de dominação (econômicas e políticas), mas das "competências" ou incompetências individuais. Neste horizonte o "mercado de trabalho", constitui-se no definidor do tipo de educação básica, qualificação ou adestramento que os trabalhadores e seus filhos necessitam. Trata-se de uma educação unidimensional para o mercado. Essa perspectiva é tão velha quanto a sociedade burguesa que a funda. (FRIGOTTO, 1991)

E o que se pode concluir quando se faz uma reflexão a respeito dos estabelecimentos de ensino de tempo integral. Eles foram construídos em nome da universalidade do ensino, com uma proposta pedagógica centrada nas relações sociais do trabalho. Eles tinham como meta os filhos do trabalhador. Aqueles menos favorecidos economicamente, que se agrupam em favelas ou nos chamados "bolsões de pobreza" da periferia das cidades e não têm condições de acesso à esco-

la. E desta forma minimizar os graves problemas sociais da miséria, da subnutrição, da saúde, da higiene e da marginalidade.

Deste modismo, embora coberto de boas intenções, sobrou a marca dos administradores públicos com seus interesses partidários e de grupos dominantes. Cada administração vem tentando fazer as suas Escolas de Tempo Integral, em abandono às escolas regulares já existentes. São projetos que não se articulam ao processo educacional. Eles provavelmente não vão passar de construções arquitetônicas, que na maioria das vezes não são pedagógicas, ou não têm a preocupação como o pedagógico. O que se percebe é a falta de visão de que a escola é um todo. Ela não pode repetir no seu interior a divisão do trabalho que leva à individualidade. A competência fracionada que desqualifica e aliena.

A criança para aprender, precisa mais do que livro e caderno. E preciso ter condições humanas de sobrevivência. Estar inserida nas relações de trabalho. Este entendimento quer dizer que os problemas hoje ocorridos na escola, como evasão e fracasso escolar, não podem ser resolvidos a nível de sala de aula. Eles extrapolam as instituições escolares materiais concretas, para as instituições do sistema político econômico.

A educação da criança começa antes dela nascer. Ao chegar aos bancos da escola, ela já traz consigo um projeto de vida. Isto porque ela é um produto cultural. Ela é um desejo de sobrevivência. E é neste desejo que ela vai se construir como cidadão. Portanto, a escola pública não pode ser o discurso eleitoral dos palanques, nos comícios partidá-

rios em véspera de eleições. Ela é um compromisso político com a cidadania. Não é simplesmente uma instituição pública. Ela é uma concepção de sociedade, de homem, de mundo.

A escola pública, como outras necessidades humanas, tem que ser considerada como um investimento público. Ao contrário do que contam os administradores, como gasto público.

A Escola Pública é aquela que tem como principal objetivo a socialização do saber a todos, indiscriminadamente. E papel da escola pública sistematizar o saber e o viabilizar dentro de uma visão de transformação e desenvolvimento da sociedade. Isto quer dizer que a escola pública é aquela que pensa no cidadão historicamente. É a escola consciente do ontem, empenhados com a transformação do hoje e comprometida com o amanhã.

Dentro deste pensamento, Manacorda escreve:

... uma concepção nova da relação instrução-trabalho (o grande tema da pedagogia moderna), que vai além do somatório de uma instrução tradicional, mais uma capacidade profissional e tende a propor a formação de um homem onilateral.
(MANACORDA, 1989 - p.313).

E ainda acrescenta - ' que nas nações subdesenvolvidas procura-se dar uma preparação profissional imediatamente voltada às atividades existentes, pensando muito pouco no desenvolvimento futuro.' E continua - ' mas acredito que não se pode preparar um homem para atuar apenas numa determinada profissão, pois, findo o período escolar não se sabe se ha-

verá demanda social para aquele tipo de profissão. (REVISTA ANDE N. 10)

Para que isto seja factível, é preciso primeiramente repensar a estrutura educacional. Ela não pode se destinar a formar definitivamente um tipo de indivíduo divorciado do coletivo. Mas deve ser diversificada na sua oferta organizacional, para que seja possível ao educando, desenvolver todo o seu potencial para o trabalho. Neste sentido, H. Wallon propõe uma escola única, como o seguinte comentário:

No entendimento de que a Escola Única não se identifica com escola uniforme. Se quiser que a escola respeite e responda a todas as aptidões das crianças e lhes dê as possibilidades de cultivar-se em todos os sentidos, deve ser diversificada para estar em condições de servir a todas as crianças, qualquer que seja sua diversidade. Se trata de uma escola que tomaria cada criança tal como é, com seus gostos e aptidões, e segundo estes gostos e estas aptidões, fazer dela um homem, o mais completo possível.
(WALLON p.437)

A pesquisa sobre os cursos noturnos mostra que a oferta da Universidade Federal do Paraná, está muito longe de contemplar o postulado de uma Escola Única como Wallon descreve. Seu autoritarismo, como já foi colocado anteriormente, não oferece ao aluno oportunidades de escolha. A oferta dos cursos não considera o aluno como Sujeito do processo educativo.

A Universidade à noite faz apenas uma extensão de sua oferta diurna, daqueles cursos de baixo custo econômico para

a instituição O aluno trabalhador não representa, para a Universidade, os anseios da maioria da sociedade.

De uma forma impositiva, a Universidade oferece os cursos que ela determina. Ao aluno não é dado o direito de escolha. Isto é pertinente ao poder que detém a hegemonia. Para o poder hegemônico, o controle a tudo o que possa ameaçá-lo, é da pertinência do processo. Como por exemplo, o acesso ao saber na sua totalidade.

O saber passado de modo fragmentado ,sem uma articulação histórica forma o cidadão isolado, sem consciência crítica. Este cidadão será apenas um indivíduo que terá como meta a satisfação de seus interesses individuais em detrimento dos coletivos. Sua visão de mundo é particularizada. A totalidade é apenas a somatória de partes e cada parte é apenas um mundo à parte, que nada tem a ver com o todo. Cada indivíduo é um ser pré-determinado que terá a sua missão a cumprir entre os seus pares.

Esta visão determinista, dá o mundo por acabado e a história como uma sequência de fatos desarticulados do contexto. Esta concepção de mundo parece não romper as fronteiras da animalidade humana. O homem assim entendido, parece ser desprovido de vontade, de desejo. Ele já nasce vocacionado, pré-fabricado Será mais ou menos humano graças aos dotes que a natureza lhe conceder. Ele é pura e simplesmente um produto de seu meio, sem nenhuma interação. A sociedade está pronta e o homem deve se adaptar a ela.

A educação entendida dentro desta visão de mundo, tem como papel social, o treinamento dos seres humanos para que sejam cidadãos ajustados aos objetivos dominantes.

O aluno, fruto deste sistema educacional, não poderá ser crítico, questionador. Ele não pode pensar, porque pensar é criar, é produzir. Portanto, só um ser pensante é capaz de transformar o que está posto e produzir o novo.

Para completar esta conclusão, é mister o pensamento de Heller. "O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu EU, em que transforma conscientemente os objetivos e as aspirações particulares de si mesmo e em que, desse modo, socializa "sua particularidade".

(HELLER- 1982,p.80)

Nesta interação - indivíduo/sociedade - o homem passa a ser sujeito histórico. Um cidadão completo, mas não acabado.. O cidadão que a UFPR deverá ter como objetivo, se realmente tem o compromisso com a democratização da sociedade ao qualificar os seus cidadãos.

Para atingir este objetivo o aluno não pode ser pensado cartorialmente como um diplomado, que a Universidade autoriza ao exercício de uma determinada atividade social para o mercado de trabalho. Mas sim, ele precisa ser pensado como um cidadão consciente da realidade social, onde predominam as desigualdades de classe. E com esta consciência que a Universidade deve estruturar a sua proposta pedagógica para o aluno trabalhador.

O aluno egresso da UFPR não pode ser formado com a intenção de repetir a história. Mas de construí-la. E construir é inovar, é criar, é mudar.

Neste sentido, o ensino universitário não acaba na formatura. Ele continua no profissional como cidadão politizado. Por isto, o ensino não começa e nem acaba na Universi-

dade. Ele continua no cidadão como formação universitária.

Assim entendida, a Universidade não é uma parte do processo educativo. Ela é o processo educativo. Isto é o que pode ser entendido como integração da Universidade com a Sociedade.

Não é a realização de projetos isolados que atendam a determinadas distorções, fruto das diferenças de classes, que vai promover a integração social. É o compromisso com a socialização do saber, tendo como objetivo o cidadão construtivo. Ou seja, o sujeito de seus atos. Que realize o seu trabalho pela sabedoria. Que tenha a consciência de que o trabalho não é só uma atividade de sobrevivência, mas também política.

O que se pode perceber, ao realizar esta pesquisa, é que no decurso da escola, não existe o dito de que a ação do indivíduo pode ser também um objeto de consumo. Como tal, ela pode ser comercializada. É detentora de um valor. Esta ação humana se chama trabalho.

Uma estratégia do capitalismo é colocar o trabalho como concessão do capital, porque é este que gera aquele numa concepção de causa e efeito. Para isto é preciso desarticular o saber do fazer, o sábio do escravo. Duas classes distintas historicamente. O escravo não podia saber ler e escrever, porque sem dúvida, descobriria que ele tinha os mesmos atributos humanos e não só os de um animal irracional, trazido da África.

Como detém o poder quem é o dono do saber, os quais, não por coincidência também detém o capital, é preciso que este saber seja dosado a alguns poucos, para não se tornarem

uma ameaça à ordem estabelecida.

Nesta relação de Senhor/Escravo, o trabalho passa a ser mistificado. Ele é o castigo pela imperfeição, pelos atos de desobediência ao poder constituído. Qualquer subversão a este poder será punido com o sofrimento do trabalho.

Este sentido de castigo ao trabalho, como pagamento de uma dívida, que jamais será resgatada, tem seu significante na apropriação de um saber que se dá pela subversão da lei. Pela desobediência às ordens do senhor de não se apossar do fruto que detinha o saber.

Conta-se que nesta ato de insubordinação nasceu o pecado como uma dívida, o trabalho como o único valor capaz de resgatar a vida e a nudez como o registro da falta.

Esta metáfora, tem a intenção de refletir o cultural que é passado socialmente. Demonstrar o papel da educação enquanto mediadora do sentido do saber. Mostrar que o aluno que busca a Universidade, é produto de uma formação cultural socialmente constituída. Se o compromisso da Universidade é a transformação social pela transmissão e viabilização do conhecimento, é preciso começar pelo questionamento do que está ordenado. Do confronto deverá surgir a falta, a motivação para a superação.

5. OS CURSOS NOTURNOS ENQUANTO OFERTA

No capítulo anterior foi analisado o aluno que frequenta o curso noturno, enquanto procura da capacitação profissional através da escolaridade. A partir de agora serão analisados os cursos noturnos da UFPR, como oferta. É nesta dialética que se pretende tratar a demanda como motiv/ação ao ensino noturno, sem perder a concepção de que o homem se humaniza no conjunto das relações de trabalho, manifesta anteriormente como fundamentação para este estudo.

Neste capítulo serão analisados os dados mais significativos levantados pela pesquisa, na visão dos professores e alunos, sobre a infraestrutura oferecida pela Universidade para o funcionamento destes cursos; a proposta pedagógica para o aluno trabalhador, que espera encontrar na formação universitária melhores oportunidades de trabalho; a escolaridade para a qualificação profissional na expectativa de superar a condição de sobrevivência, sem levar em conta a estrutura do sistema capitalista; o tempo como principal categoria de oferta que dá ao aluno a possibilidade de articular teoria e prática; a gratuidade que permite ao aluno assalariado ter acesso ao ensino superior, sem ônus financeiros, condição sem a qual o ingresso na Universidade seria vetado.

5.1 UM BREVE HISTORICO DO ENSINO NOTURNO DA UFPR.

Não se tem aqui a intenção de tratar da história dos cursos noturnos da Universidade Federal do Paraná. Mas sim, através de um breve relato histórico, trazer à memória alguns dados que são significativos para a análise desta oferta de ensino.

A história da implantação do ensino noturno na UFPR, conforme dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, tem seu início em 1945, com o curso de Ciências Econômicas, criado para funcionar tanto no período noturno, como no período diurno.

Tendo a preocupação de formar profissionais durante estas quatro décadas, hoje

O curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná tem como objetivo formar profissionais dotados de uma visão orgânica dos processos de produção e distribuição da riqueza na sociedade. Para isso dá um aprofundamento teórico, uma perspectiva histórica, fornece instrumental quantitativo e disciplinas instrumentais. Neste processo, propõe-se estudar as várias correntes de pensamento, caracterizando-se pelo pluralismo ideológico. (Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, Universidade em Curso, 1989)

Doze anos após, em 1957, a UFPR oferece seu primeiro curso exclusivamente para o noturno - o curso de Ciências Contábeis. Esta oferta tem sido, através dos anos, de grande procura. A explicação dada a esta ocorrência é a de que Curitiba é uma cidade onde predomina o comércio. O que dá a estes profissionais um mercado de mão-de-obra garantido.

O mercado de trabalho para o Contador é dos mais amplos e oferece boa remuneração aos profissionais de bom nível técnico. Todas as empresas necessitam da assistência e responsabilidade técnica do Contador. Com o surgimento de novas empresas automaticamente abrem-se novas oportunidades do exercício da profissão (Universidade em curso, 29 de julho de 1989)

A exigência por um profissional habilitado para responder pelos registros patrimoniais e operacionais das empresas, fez do curso de Ciências Contábeis uma oferta marcada pela procura em todos os vestibulares nos últimos cinco anos, apresentando em torno de 8.17% candidatos vagas como ocorreu no concurso de 1989. (Dados fornecidos pela Comissão Central do Concurso Vestibular, 1990.)

Funcionando à noite, os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis vêm atraindo principalmente os profissionais que já desempenham, no seu cotidiano, um trabalho ligado a esta área de conhecimento. São trabalhadores de instituições financeiras ou ligados à setores da administração empresarial. Estes dados podem ser constatados com os próprios alunos e professores.

A grande maioria dos alunos matriculados nos cursos noturnos da UFPR está no Setor de Ciências Sociais Aplicadas, com um percentual de 43,7 (Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, Cadernos da Avaliação, n.6)

No ano de 1975, com o desenvolvimento tecnológico na área da computação, é criado o curso de Processamento de Dados, para suprir a carência de um profissional que começa a ser exigido pelo mercado de trabalho - o profissional da informática.

Este curso, criado em 1975, começou a ser gradativamente desativado a partir de 1988, quando foi implantado o de Informática

Atualmente, os três cursos - Ciências Contábeis, Processamento de Dados e Informática - são os únicos que têm exclusivamente o funcionamento no período noturno e se destinam a suprir um mercado onde a maioria de seus trabalhadores não tem a qualificação escolar para o desempenho da função. São trabalhadores habilitados no dia a dia, num sistema que separa a teoria da prática. Neste sistema empresarial, cada trabalhador detém um saber específico isolado da totalidade da dinâmica da empresa. O que é alienante e desqualifica o trabalhador porque ele não detém, no processo do aprendizado, uma visão global de trabalho, mas apenas o treinamento específico, setorizado.

Dando continuidade a este relato histórico dos cursos noturnos da UFPR, em 1978 entrou em funcionamento o curso de Turismo. Esta oferta fazia parte de um programa de planejamento turístico do governo, com o objetivo de criar uma infra-estrutura que pudesse promover as belezas naturais do

País 'O Brasil é um país dotado de grande potencial, ainda pouco explorado, de atração turística. Para reverter essa situação, é necessária atuação organizada do Bacharel em Turismo.' (Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Universidade em Curso, 1989.)

Mas, foi no ano de 1982 que a UFPR teve sua maior oferta de cursos noturnos. Neste ano foram implantados os cursos de Estatística, Física, Geografia, Letras, Matemática e Pedagogia

A leitura que se pode fazer deste dado é que o aumento da oferta dos cursos noturnos da UFPR neste ano, está ligado ao fracasso da profissionalização a nível de segundo grau, como era a intenção da Lei de Diretrizes e Bases 5692/71.

Conforme o discurso dos mentores desta lei, era preciso acabar com o academismo. O Brasil precisava de técnicos para garantir o seu desenvolvimento econômico. Principalmente o desenvolvimento industrial.

Era preciso dar uma terminalidade ao ensino de segundo grau. Não se podia mais dar um ensino inútil que preparava para o ensino superior, quando o que se precisava era de técnicos, de mão-de-obra. Argumentava-se que o número de desistência da escola primária ao ensino médio, tinha proporções astronômicas, com relação ao número dos que conseguiam chegar ao ensino universitário. Eram jovens que saíam da escola porque não sentiam aplicação imediata no mercado de trabalho, do aprendizado que tinham na escola.

A idéia da terminalidade, era motivar o jovem a permanecer nos bancos escolares porque ele sentiria o retorno

deste aprendizado dentro de um curto espaço de tempo. Por isto, era preciso profissionalizar tecnicamente.

Com a valorização do técnico, diminuiria a busca à Universidade, que não tinha condições de suprir a procura de vagas para um curso superior. Com esta proposta se pensava ter uma diminuição considerável na procura da Universidade. Investindo no ensino fundamental, não precisava ampliar a oferta de vagas para os cursos superiores.

Mas, os resultados, conforme a pesquisa Kluppel, foram outros:

A proliferação de cursos superiores particulares, geralmente em períodos noturnos, constitui-se, muitas vezes, em verdadeiras 'fábricas de certificados', não oferecendo ao estudante trabalhador, nenhuma possibilidade de apropriação dos conteúdos básicos, quanto mais oferecer uma reflexão crítica desses conteúdos.

E prossegue a autora:

O insucesso da tentativa de profissionalização de segundo grau contribui, entre outros fatores, para que determinados cursos superiores, principalmente aqueles de instituições particulares de ensino, ocupassem o espaço para a formação dos 'técnicos' necessários ao mercado. Como por exemplo, ao invés de formarem o 'administrador', o 'economista', o 'pedagogo', etc., com uma visão plena de atuação profissional, restringiu a formação destes profissionais às atividades de cunho técnico. (KLUPPEL, 1990)

Aqui fica claro que a preocupação era formar a mão-de-obra num sistema capitalista de divisão do trabalho. Não se queria a formação do profissional qualificado, mas do técnico especializado.

Estas constatações, somadas à recessão que marcou o fim do governo militar e consequentemente o empobrecimento da população, repercutiram na procura da escolaridade gratuita. A luta pela garantia de melhores oportunidades de trabalho leva as pessoas à diplomação. Era comum encontrar profissionais de nível superior, prestando concurso para trabalhar em empregos, aos quais se exigia uma escolaridade de nível técnico.

Com o aumento da procura de emprego e a pouca oferta, o mercado de trabalho passou a ser mais exigente com relação à escolaridade. Assim se fazia exigências de escolaridade superior, para desempenhar atividades que poderiam ser realizadas por um técnico de nível médio.

Esta realidade, acrescida das já comentadas acima, contribuíram de maneira significativa para que a Universidade abrisse suas portas e oferecesse maior opção de escolaridade àqueles que queriam se capacitar para o trabalho, ou se capacitar para ter uma melhoria salarial.

A leitura que se pode fazer deste momento histórico, é que o diploma universitário perde seu papel tradicional de assegurar status social, para se tornar uma condição para auferir melhores salários. Ele passa a expressar o desejo de dias melhores.

No ano de 1983, foi ofertado o curso noturno de Administração, seguido em 1988 pelo curso de Informática.

Em 1990, foi criado o curso de Direito noturno, que apresentou para o vestibular de 1991, um índice de candidato/vaga de 33.48, configurando-se como o mais concorrido entre todos os cursos oferecidos. Um total de 1.473 candidato para 44 vagas. (Dados fornecidos pela-` CCCV,1991) Perante estes dados estatísticos que deixam claro a procura pela escolaridade, a busca por uma formação que conceda um lugar social, uma autonomia no mundo do trabalho, se é levado a perguntar por que a Universidade não faz maior oferta, se os dados da procura revelam que há um desejo social manifesto ?

As respostas mais significativas dadas a esta pergunta serão analisadas nos subtítulos seguintes.

5.2 A INFRA-ESTRUTURA DOS CURSOS NOTURNOS

Ao se analisar os cursos noturnos da UFPR, a primeira constatação que se faz é a de que eles oferecem uma infraestrutura inadequada para o funcionamento do ensino ao aluno trabalhador.

As condições físicas, administrativas e a proposta pedagógica são as mesmas dos cursos diurnos. O que caracteriza os cursos noturnos como uma extensão dos cursos diurnos, sem os requisitos necessários para um ensino de qualidade.

Para exemplificar a carência de infraestrutura física, basta considerar o tempo disponível de atendimento da Biblioteca e dos Laboratórios de Física e Química; as condições de iluminação e higiene das salas de aula e dos banheiros.

O resultado das pesquisas tem revelado que tanto os professores, como os alunos, estão de acordo em afirmar que a infraestrutura física dos cursos noturnos é inadequada ao seu funcionamento.

A pesquisa realizada pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa demonstra que 60% dos professores consideram que a Universidade não dispõe de infraestrutura adequada para o funcionamento dos cursos noturnos (Cadernos da Avaliação n.6), 62.5% dos alunos solicitam que a Biblioteca dê atendimento diário até às vinte e duas horas e trinta minutos e

permaneça aberta também aos sábados. (Cadernos da Avaliação n.7).

Arelada ao reconhecimento da falta de uma infra-estrutura física, para o funcionamento com qualidade do ensino noturno para o trabalhador, aparece a necessidade de uma infra-estrutura administrativa.

O que se tem notado, no cotidiano das salas de aula, é que os alunos são desprovidos das informações necessárias para a condução da sua escolaridade. Eles carecem das orientações burocráticas, pedagógicas e legais.

A pesquisa da Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa revela:

Para a maior parte dos cursos é absolutamente fundamental que se possa manter em pleno funcionamento as unidades administrativas da UFPR para que os alunos possam ter acesso aos Departamentos, Direções de Setores e Cordenações recebendo maior orientação no encaminhamento de seus estudos. (Cadernos da Avaliação, n.7)

Esta afirmação é de quase unanimidade entre os professores. Um total de 71.4% não só consideram estas condições fundamentais, como também, salientam a importância do acesso a biblioteca, maior número de professores em regime de dedicação exclusiva, maior oferta de cursos de extensão nas férias e finais de semana. É importante destacar que os professores sugerem a melhoria da escolaridade pública, como um compromisso social. Nesta mesma perspectiva de melhoria das condições de funcionamento relativas às necessidades administrativas, 47.1% dos alunos reivindicam estes servi-

ços Não de modo isolado, mas integrados a outros como requisito indispensável para o acesso à totalidade da estrutura e funcionamento da escolaridade. (Cadernos da Avaliação, n.7)

O que se percebe na leitura dos números estatísticos publicados pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, nos seus cadernos de avaliação, é que enquanto a preocupação dos professores se concentra na infraestrutura física, como condição para a qualidade, os alunos num percentual de 63,9 apontam as necessidades pedagógicas como prioridade para a melhoria do funcionamento dos cursos noturnos.

No dito destes dados, fica manifesta a precária oferta de infraestrutura para um curso que se destina ao aluno trabalhador. Ele demonstra nas suas reivindicações a oferta inadequada a sua maturidade. Pois, ele já exerce o saber devido no cotidiano de seu trabalho.

Como conclusão destes dados pode-se afirmar que ao aluno trabalhador, a Universidade oferece à noite os mesmos cursos do diurno. Aqueles que são de menor custo para a Instituição. O que significa pouco investimento na superação das desigualdades sociais. Ou seja, os cursos tidos como 'nobres' aos da classe nobre

Esta postura da Universidade se torna mais contundente quando ela não articula a sua proposta pedagógica ao trabalho, no momento em que a sua oferta não é integrada à procura. Este será o conteúdo analisado no subtítulo a seguir: A escolaridade enquanto oferta da UFPR ao aluno trabalhador.

5.3 A ESCOLARIDADE ENQUANTO OFERTA

Ao analisar a escolaridade enquanto oferta para os cursos noturnos, as questões levantadas são:

- que escolaridade é oferecida,
- a quem é oferecida
- por quem é oferecida

Estas questões, levantadas pela pesquisa da Pró-Reitoria, trouxeram à tona uma série de dados sobre os cursos noturnos.

Dentre os mais significativos está a constatação de que a proposta pedagógica deste ensino, tem como princípio educativo o academicismo. E como tal, destinado aos alunos que dispõem de dedicação exclusiva para estudar porque tem a sua sobrevivência garantida pela família, o que lhes possibilita realizar sua formação acadêmica durante o dia com total dedicação

Os conteúdos do conhecimento oferecido nos cursos noturnos apresentam muito pouca adequação à realidade de sua clientela.

A transmissão do saber, na visão dos próprios professores e alunos, é feita por docentes sem preparo para este tipo de ensinamento. Neste sentido, alunos e professores reivindicam professores mais competentes e qualificados;

maior relacionamento e integração professor/aluno; contratação de professores exclusivos para o curso noturno; a reformulação total ou parcial do currículo; melhoria didática com metodologia adequada ao ensino noturno; melhoria da qualidade do ensino em geral. (Cadernos da Avaliação, n.7)

Estas reivindicações, como as abordadas na análise da infraestrutura, revelam que inexistiu uma proposta pedagógica para os cursos noturnos como oferta às aspirações da classe trabalhadora.

Os dados se tornam mais significativos quando mostram que um percentual de 87,2% dos alunos dos cursos noturnos já são trabalhadores, e encontram na Universidade uma formação teórica distante da prática do seu dia-a-dia. Questionados sobre a correspondência do atual conteúdo das disciplinas que frequentam com as suas expectativas de trabalho, apenas 4,2% concordam totalmente e 33,6 por cento concordam em parte, que o conteúdo transmitido esteja articulado ao seu trabalho. (Cadernos da Avaliação, n.6)

Sabe-se que a proposta pedagógica determina a infraestrutura para que ela possa viabilizar o bom funcionamento do aprendizado; os conteúdos do conhecimento que vão compor o currículo; a metodologia usada na socialização e sistematização deste conhecimento; os professores devidamente qualificados para a transmissão e viabilização e sistematização dos conteúdos do conhecimento.

A proposta pedagógica de um curso, mais que uma condição para o aprendizado, é a manifestação de uma intencionalidade ideológica. A pedagogia tem demonstrado que o conhecimento, na sua transmissão, não vai desprovido de inten-

ções. E como tal, ou ele aliena ou liberta

A este propósito a enunciação levanta um certo número de problemas linguísticos, a começar pelo fato de que ela é um ato de linguagem, ou seja, uma iniciativa intencional daquele que fala. (DOR, 1989, p. 116)

Ao aluno trabalhador, a escolaridade é mais que a expectativa do diploma. Ele procura a oferta da qualificação para o trabalho, que tem consciência como sendo o instrumento necessário para superar o primitivo saber da sobrevivência

E nesta visão que se faz necessário uma proposta pedagógica para os cursos noturnos da UFPR, que tenha como princípio educativo a qualificação para o trabalho.

Mas, é preciso ter claro que o termo qualificação para o trabalho é aqui entendido numa concepção de totalidade entre teoria e prática. Ou seja, a qualificação profissional deve acontecer no conjunto das relações sociais de trabalho. Para tal, a integração educação e trabalho é fundamental.

Nesta concepção, a qualificação é não só a apropriação do saber para o trabalho, mas também a integração ao processo de produção.

Deste modo, a qualificação mais que uma habilidade física ou mental, é uma participação no processo produtivo.

Ao se afirmar que é no conjunto das relações sociais de trabalho que o homem constrói o conhecimento, domina a natureza e se humaniza, a educação não pode ter outro princípio educativo que não seja o trabalho.

"Conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e a natureza, a qual se estabelece graças à atividade humana" (KUENZER, 1992.)

E com este eixo condutor que será analisada a escolaridade enquanto oferta de motiv/acção para a busca do aluno trabalhador.

Para este propósito foi feito aos alunos a seguinte pergunta mobilizadora:

- Você escolheu este curso noturno por que ele lhe oferece o quê?

Os conteúdos obtidos nas respostas à pergunta condutora, pela incidência com que apareceram, possibilitaram o agrupamento em três categorias de oferta:

- O tempo para estudar.
- A escolaridade para o trabalho.
- A opção pelo curso noturno

Estas categorias serão a seguir analisadas não isoladamente, mas articuladas entre si pelo processo de demanda, na perspectiva do conjunto das relações sociais de trabalho.

Para encerrar este capítulo, não se pode deixar de citar o professor Nosella, que numa consultoria realizada com os professores da Rede Municipal de Ensino, em outubro de 1991, se referindo ao ensino noturno, dizia o seguinte: "Se o professor não tem a concepção de mundo do homem da fábrica, o que ele vai burilar e definir?"

5.4 O TEMPO PARA A ESCOLARIDADE

O tempo, entendido como a condição propiciatória para que o desejo de acesso ao conhecimento seja realizado, sem ter que comprometer a sobrevivência, é uma das grandes razões da demanda ao ensino noturno. A comprovação desta afirmativa está nos depoimentos dos alunos e no percentual de 87,2 dos que trabalham, já demonstrado anteriormente.

E interessante notar que esta categoria de oferta, como motivação para a escolha, revela, além das expectativas do trabalhador pela escolaridade, as circunstâncias de carências econômicas em que está submetida a classe trabalhadora. E principalmente a grande desigualdade social do sistema capitalista brasileiro.

O tempo, enquanto categoria de oferta, é o dito de que o aluno do noturno é um cidadão que produz a sua sobrevivência. Que já possui a responsabilidade de prover o sustento de sua família, o que lhe coloca numa posição de maturidade. Ou seja, ele já possui instrumentos de trabalho necessários para o domínio da natureza na garantia da vida. Já se independentizou da sua condição de animal submetido aos desígnios da natureza, para a condição de humano liberto para dominá-la. Ele já demonstra que pode planejar, executar e dominar. Já é capaz de inventar instrumentos para estabelecer o seu poder. Mas, só inventar não basta. É preciso ter o saber de uso, se qualificar. O simples domínio da natureza

não é suficiente para deixar o homem em satisfação consigo mesmo. Ele precisa colocá-la a seu serviço.

No sistema capitalista o trabalhador é desapropriado deste saber que foi produzido no conjunto das relações sociais de trabalho. O capital, na posse do saber de produção, domina o trabalho e conseqüentemente, o excedente da produção.

Determina-se, a partir de então, a perda, pelo trabalhador, do controle do seu processo de trabalho, que passa para as mãos do capitalista e de seus propostos, os especialistas que vão planejar e controlar o processo de produzir, de que resulta a desqualificação do trabalhador; ao mesmo tempo, o trabalhador perde a posse do produto do seu trabalho, que passa a pertencer ao capitalista.
(KUENZER, 1992)

Ou dizendo de outro modo, só o saber fazer desqualifica, porque não responde aos porquês que são inerentes ao ser pensante. Esta falta, que mobiliza o homem ao saber, é o trabalho porque ela o trabalha; o transforma no conjunto das suas relações sociais.

A falta coloca o homem numa posição de angústia, o que o conduz a totalidade. A divisão entre a teoria e a prática habilita o trabalhador mas não o qualifica, porque é unilateral. É o que revela o depoimento deste aluno do curso de matemática noturno:

Meu curso oferece poucas possibilidades de emprego além do magistério e tem a falha de não oferecer bacharelado no período da noite e somente

à tarde. Enquanto que licenciatura só é oferecido à noite. O que dificulta os alunos que pretendem trabalhar na área de pesquisa. (E.A.G. - Matemática noturno.)

Esta descoberta leva o trabalhador a busca de uma oferta de escolaridade, porque ele já tem a consciência de que o saber lhe confere o poder. E poder não só no sentido de domínio, mas também, de possibilidade para a realização dos seus desejos na múltipla disciplinariedade do trabalho, ou seja, a totalidade.

Como já foi dito anteriormente, a divisão entre teoria e prática, nas relações de trabalho, desqualifica. Talvez seja esta a razão pela qual, a quem detém o poder, não interessa socializar o saber. Porque isto significa distribuir, igualar.

Tempo para o aluno do noturno é o sinônimo da desigualdade econômica, que privilegia uma minoria com dedicação exclusiva para estudar. "Poderíamos falar em vencer na vida, melhorar de vida, para subir na empresa, aumentar o salário, etc, mas o que é isso senão uma imposição social?" (A.K. - Matemática noturno)

Ou neste outro depoimento:

Pela necessidade do trabalho, a opção noturno se torna a maior evidência. Como todo brasileiro que se propõe a ser alguém algum dia tem que trabalhar para se sustentar e consequentemente o estudo noturno passa a ser uma opção para conciliar com o trabalho. Esperava muito mais, mas o que se encontra aqui é a discriminação entre alunos da tarde e do noturno e até mesmo da parte de alguns professores, que pensam que

temos tempo para estudar o dia todo
 Alguns professores trabalham dentro
 da sua matéria, aliando a teoria com
 a sua realidade, enquanto outros tra-
 balham a teoria sem fundamentos
 práticos e reais.' (E. V.R. -
 Pedagogia noturno)

Nestes depoimentos, se denota que o saber universitá-
 rio é uma apropriação da elite para satisfazer os seus pró-
 prios interesses. O que significa dizer que o conhecimento
 que é construído no trabalho é desapropriado do trabalhador.
 Ou dizendo de outro modo, o trabalhador que constrói a má-
 quina não se beneficia de seu valor de uso.

Nesta visão, a socialização do saber é uma ameaça à
 hegemonia do poder dominante.

A falta de tempo para a escolaridade do trabalhador
 é uma estratégia do capital, para que o trabalhador não se
 aproprie do conhecimento, o que se tornaria uma ameaça. Mas
 sabe-se que o capital precisa da mão-de-obra qualificada pa-
 ra operar as suas máquinas. Então concede o treinamento que
 o capital denomina de qualificação para o trabalho, o que na
 verdade é um treinamento especializado da mão-de-obra.

E interessante notar que o tempo também pertence ao
 capital. Ele se apropria do tempo do trabalhador, que perde
 o direito de administrá-lo

A princípio desejava estudar. Proces-
 samento de Dados, mas passei em segun-
 da opção: Matemática. Porém, tive muita
 sorte, descobri uma paixão, contudo
 não posso deixar de invejar meus co-
 legas da tarde, que podem fazer suas
 pendências à noite ou mesmo estudar
 um pouco mais. Faço o curso notur-
 no, pois trabalho oito horas e meia
 por dia, fico de plantão com o bip

sete dias por semana, trinta dias por mês ou trezentos e sessenta e cinco dias por ano, mas como adoro meu trabalho e tenho família e um lindo garoto para criar, sobrou-me a noite para estudar e buscar um novo horizonte para minha vida.. Espero que um dia possamos realmente desenvolver nossas potencialidades, dentro de áreas específicas e desejadas."(M.A.S.F. - Matemática noturno)

O tempo é a condição apropriada da procura que vincula as outras categorias, na satisfação do desejo. Porque enquanto ela propicia as circunstâncias para conciliar o trabalho à escolaridade, ela, enquanto oferta, não permite a escolha, o que provoca a inibição para a qualificação.

E o que se pode deduzir deste outro depoimento transcrito:

"Eu não escolhi, porque se pudesse escolher, certamente estaria num curso matutino. Mas, como não posso deixar o meu trabalho, tenho que estar aqui à noite." (R.G.N.R, aluno do noturno)

Aqui nota-se que a razão da escolha é fruto da oferta noturna, que possibilita realizar trabalho e estudo. Ou seja, escolaridade com sobrevivência.

O tempo é a possibilidade do acesso ao saber, embora seja uma oferta que não corresponda à procura.

Ou, como diz uma outra aluna, num discurso em que a oferta da gratuidade, do tempo para trabalhar e do tempo como critério para escolha, são as razões para a opção pelo curso noturno.

Escolhi a UFPR, por ser gratuita, já que não tenho condições financeiras

de estudar numa Universidade paga. Escolhi o curso noturno para trabalhar durante o dia ...Se eu tivesse condições, gostaria de estudar arquitetura ou engenharia ou até veterinária, pois adoro matemática, desenho e animais, só que estes cursos requerem do estudante todo o tempo disponível, pois ora você vem pela manhã, ora à tarde, ora à noite ou o dia inteiro, e só faz estes cursos quem não precisa trabalhar para se sustentar e manter sua casa. E se eu quisesse fazer um destes cursos, teria que cursar uma Universidade particular, pois esta os oferece em apenas um turno, só que com o que eu ganho não dá. É pena que a realidade seja assim. (B.E.I. - terceiro ano de Pedagogia noturno)

Além do comentário anteriormente registrado, percebe-se neste testemunho, que a situação sócio-econômica, mais que o conhecimento a nível de segundo grau exigido no vestibular, é o grande critério de seleção dos 'cidadãos' brasileiros para a capacitação profissional. Aqui entendida não só como habilidade, mas principalmente como conhecimento teórico prático das atividades produtivas. Ou seja, a articulação entre escolaridade e trabalho, que qualifica o trabalhador num processo de construção da omnilateralidade.

5.5 A ESCOLARIDADE PARA O TRABALHO

A segunda categoria de oferta do curso noturno, é a escolaridade como mediadora da qualificação para o trabalho, que aparece nos depoimentos dos alunos com duas intenções.

Num primeiro momento, o aluno, trabalha durante o dia e só pode estudar no noturno, o que está ligado ao tempo, já analisado anteriormente.

Num segundo momento, a escolaridade para o trabalho aparece na relação escola/trabalho, enquanto possibilidade de melhoria do conhecimento e conseqüentemente mais qualificação e maior oportunidade na escolha de vida.

"O curso, oferece aulas para futuramente estar capacitada para o trabalho; ... as disciplinas me preparam teoricamente para enfrentar o mercado de trabalho e poder competir na procura de um emprego que me realize como profissional."(Aluna do curso noturno)

E neste outro depoimento:

O curso de matemática, independente do turno em que é feito, oferece uma grande quantidade de conhecimento. Este conhecimento, causa um desenvolvimento do raciocínio e da lógica, que é de enorme interação com a área em que trabalho e na qual pretendo continuar(Processamento de Dados). Neste curso também obtenho abertura para toda área tecnológica a nível de pós-graduação Um curso como este

também causa uma reestruturação mental, uma organização atingindo níveis mais complexos, a qual é indispensável para o desempenho de qualquer função. (M.R.G. - Matemática noturno)

Portanto, para que o trabalho possa transcender à sobrevivência e proporcionar uma qualidade de vida, que liberte o homem para a participação no processo do conjunto das relações sociais, é preciso a escolaridade.

Este princípio já faz parte da consciência social. Neste sentido a pesquisa demonstra que 65,4 por cento dos alunos do noturno acreditam que no seu curso encontram satisfação para as suas expectativas. Outros 51,2%, vêem que o aprendizado corresponde às suas expectativas para o mercado de trabalho. Ao contrário destes números, 41,0% discordam deste ponto de vista. Eles acreditam, que os conteúdos das disciplinas do seu curso, não corresponde ao mercado de trabalho. (Cadernos da Avaliação, n. 6)

Resta garantir ao trabalhador, não só o acesso à escolaridade, mas também o sentido desta escolaridade num sistema capitalista. Não basta frequentar os bancos das escolas. É preciso articular a escola às relações de trabalho. O simples acesso à escola não garante a escolaridade. Socializar o saber não significa distribuí-lo só quantitativamente, sem crítica e desintegrado do processo histórico.

O que quer dizer, mais que a oferta de construção das escolas, dos meios físicos, é preciso criar uma estrutura política, social e educacional que se articule numa proposta pedagógica de unidade entre teoria e prática. Entre escola e trabalho.

A transformação social não passa somente pela aquisição do saber pelo trabalhador, como já foi dito anteriormente. É preciso que haja interação entre educação e trabalho. O que se acredita ser possível num sistema educacional, que tenha como proposta pedagógica, o trabalho como princípio educativo.

Como diz o Professor Nosella " o operário dos países desenvolvidos, tem a escolaridade necessária para que se possa com eles discutir filosofia. Eles podem não entender nada de filosofia agora, mas têm a base para o entendimento daqui a pouco. Basta motivá-los. (NOSELLA, 1991)

A escola brasileira ainda está muito longe de ofertar a todos os trabalhadores esta escolaridade de que fala o Professor Nosella. .

É bom lembrar que não se trata da escola profissionalizante da lei 5692, que tentou tirar do aluno a capacidade de ser pensante. Mas uma escola formadora, que permite ao trabalhador, além de saber o que faz, sair dos bancos escolares sabendo do valor de seu trabalho. O que quer dizer - politizado.

A sociedade capitalista que exige a qualificação para a produção, não dá a oferta de condições para as suas exigências, o que a torna aparentemente discordante na sua pregação. O que é pertinente à sua condição de homem e de mundo no capitalismo, no qual a seleção deve ser natural . O indivíduo deve sobreviver ao social e não com o social. 'Assim, a doutrina liberal, que pregou a igualdade, legitimou as desigualdades sociais quando mistificou a igualdade de oportunidades, transferindo ao indivíduo a responsabili-

dade pelo seu êxito ou seu fracasso e colocando as causas da riqueza e da pobreza como naturais." (FARIAS, 1990, p. 114)

A escola brasileira de alguns anos atrás, era de interesse das classes que a frequentavam. Por isto, ela era questionada a manter um padrão de qualidade que satisfizesse às expectativas daqueles que nelas se matriculassem.

Hoje, a escola é importante não só porque ela escolariza, mas principalmente porque ela prepara para o exercício da cidadania, aqui entendida não com um sentido idealista, mas sim de transformação na luta de classes através do trabalho.

A educação formal só interessa porque ela tem cada dia mais a sua relação com o trabalho na construção do cidadão. Hoje é à classe trabalhadora que mais interessa a escolaridade. Basta observar os cursos noturnos, que cada dia mais são procurados por estudantes trabalhadores. O que se conclui, é que a educação deixou de ser um privilégio para se tornar um direito.

Nas últimas décadas, o trabalhador tem lutado através de suas organizações ou isoladamente, e aqui é importante lembrar a ação das organizações sociais, como sindicatos, associações religiosas e outras, pelo seu direito à escolaridade. Os cursos de preparação para os chamados exames de madureza se proliferaram. O que acabou dando origem ao ensino supletivo noturno. Embora estes cursos noturnos sejam até hoje de qualidade duvidosa, eles são, sem dúvida, uma grande possibilidade dos trabalhadores buscarem a escolaridade.

Estes alunos, pela sua condição de classe, embora procurem o segundo grau como uma forma de assegurar a continuidade de seus estudos, precisarão, inicialmente, assegurar seu ingresso no mercado de trabalho, o que, a médio prazo, lhes irá permitir concorrer a uma vaga na Universidade, provavelmente em um curso noturno, de baixo custo e de qualidade discutível. (KUENZER. - Proposta para reestruturação do ensino de segundo grau noturno - Documento Preliminar)

O que se percebe é que esta modalidade educacional, cada dia mais vai se tornando uma realidade sem a devida atenção dos administradores públicos que deveria ter.

Como já foi abordado em outras partes deste trabalho, a escola para o trabalhador ainda não foi pensada.

Os programas de escolas de tempo integral, que hoje tomaram lugar de destaque nos palanques eleitoreiros, parecem ter o grande mérito de promover uma discussão sobre a escola para o filho do trabalhador. Esta classe social, embora seja a predominante, não mobilizou plenamente os educadores brasileiros na busca de soluções para os seus problemas educacionais. O que se tem, são tentativas que acabam no assistencialismo, porque não são respaldadas por um compromisso fundamentado em uma proposta pedagógica de transformação social.

As tentativas que surgiram nesta direção, foram logo compradas pela classe dominante com intenções populistas e eleitoreiras. E o que são na verdade hoje estes programas, chamados de programas alternativos de educação para as classes menos favorecidas.

...podemos indagar até que ponto esse discurso que tenta caracterizar a clientela das classes populares, também atendida pelo CIEP, não passa de um discurso que, ao deixar de levar em conta as determinações econômicas e sociais da pobreza, dissimulando assim a realidade concreta, acaba por servir à justificação ideológica da ordem social vigente. (PARO,...[et al.] Escola de tempo integral: desafio para o ensino público - São Paulo, Cortez. Autores Associados, 1988.)

E interessante notar que são escolas alternativas para aqueles que, embora sejam a maioria, estão à margem da escola chamada regular, da qual eles não têm o direito de ter acesso. E o mesmo que dizer, uma escola para aqueles que não fazem parte da classe que tem os meios para se educar. Pois, é esta classe social que detém o saber dominante e como tal é a ela que a escola regular se destina.

Ao trabalhador é concedida uma escola alternativa. Porque a sua dificuldade econômica não lhe permite ter acesso à uma escola de qualidade.

E este o dito da escola dominante, que se pode observar desde as escolas da periferia das cidades até os cursos da UFPR, sem se dar conta de que este conhecimento, hoje acumulado, é bem da humanidade porque foi construído no trabalho. Portanto, mais do que a ninguém, este conhecimento pertence ao trabalhador

Sendo a Universidade o lugar da distribuição do conhecimento, institucionalmente constituído, não promove a cultura que identifica um povo enquanto maioria. O conhecimento universitário acadêmico, valoriza mais o saber copia-

do, repetitivo e dominante, do que o saber construído no conjunto das relações de trabalho que humaniza e liberta o homem.

A criança já é educada a consumir este saber acabado, que ela introjeta no seu inconsciente sem nenhuma crítica. O capitalismo que acumula este saber, que o controla e distribui pela mídia, usurpa perversamente do trabalhador os meios para adquiri-lo.

E o que acontece a partir do momento em que o capital desapropria os instrumentais pertinentes ao acesso a este saber. Estes instrumentos, que por serem produto do trabalho, pertencem ao trabalhador como um bem de produção.

Como comprovação do que foi afirmado, basta pesquisar o que as crianças têm na televisão, na música, no lazer, etc. O capitalismo, lançando mão da mídia, oferece um bem cultural de uso que o trabalhador, embora participante da produção, não possui as condições para usufruir.

Diante deste dado, pode-se afirmar que o trabalhador não tem acesso aos bens culturais que ele ajudou a produzir. Nesta condição de desapropriado cultural, que o capitalismo produz pela divisão trabalho, o trabalhador cria a sua cultura paralela. Que é expressa na sua própria linguagem. Esta cultura não é reconhecida pelo saber da escola regular. O que torna a escola duas vezes difícil ao filho do trabalhador. Porque ao ingressar na escola, ele tem primeiro que aprender a linguagem da escola para depois aprender os conteúdos do conhecimento transmitidos pela escola. Esta desvantagem dá a criança do trabalhador a condição natural de dominado.

Como diz Dussel na seguinte tese: a filosofia moderna européia, mesmo antes do ego cogito, mas certamente a partir dele, situa todos os homens, todas as culturas, e com isso suas mulheres e filhos, dentro de suas próprias fronteiras como úteis manipuláveis, instrumentos." (DUSSEL, 1977)

5.6 A OPÇÃO PELO CURSO NOTURNO

Esta categoria revela que a oferta dos cursos noturnos não está vinculada à opção dos alunos, mas sim, às suas possibilidades econômicas. Ou seja, o curso que eles frequentam não é o curso que eles desejavam, mas é o que lhes foi possível dentro das suas condições econômicas e de trabalho. Em outras palavras, a escolha se deu pela gratuidade e pela falta de opção.

Eu não escolhi, porque, se pudesse escolher certamente estudaria num curso matutino. Mas, como não posso deixar o meu trabalho tenho de estar aqui à noite. Por outro lado é a primeira oportunidade que tenho de estudar sem pagar mensalidade, mesmo porque, se tivesse que pagar não poderia " (R.G.N.R. - Pedagogia noturno)

Neste sentido 65.% dos alunos demonstraram seu desejo de estudar no período diurno se tivessem condições. Destes 37,5% se pudessem estudar durante o dia, escolheriam um curso diferente do que estão frequentando. E 60.8% dos alunos ouvidos declaram que tinham escolhido o curso que frequentam por ser o único de seu interesse (Cadernos da Avaliação n.6)

A análise destes dados, revela que a oferta dos cursos noturnos da UFPR não está articulada às aspirações dos alunos, que por trabalharem durante o dia, só podem estudar à noite. E esta oferta destinada aparentemente ao aluno tra-

balhador, mantém em seu poder a restrição de escolha.

A realidade destes dados leva a reflexão de que a democratização do ensino para o trabalhador ainda esta longe de ser alcançada e que se faz necessário uma ação administrativa e pedagógica concreta, capaz de proporcionar o acesso, dos estudantes trabalhadores, ao ensino público e de boa qualidade.

A pesquisa sobre a opção e a oferta dos cursos noturnos deixou claro que são poucos os que realmente escolhem o que lhes interessa aprender. E uma vez escolhido, fica muito difícil mudar. Por este motivo, tem que se conformar com a oferta.

Esta oferta, que aparentemente é destinada ao aluno trabalhador, mantém seu poder na restrição da escolha e da oferta.

No entanto, sabe-se que a sociedade capitalista exige para a eficiência na produção, a especialidade. Em razão disto, os diplomados pelas Universidades, acabam se dedicando a um conhecimento fracionário, para serem produtivos no sistema. Se a este sistema interessa a especialização do trabalho, porque não oferece a todos a oportunidade de especialização?

Isto seria de certo modo, um início de socialização, embora se saiba que o fracionamento do trabalho desqualifica, porque priva o trabalhador da visão de totalidade na qual se constitui o trabalho.

E claro que não é esta a escola que se quer para a realidade hoje. Apenas procura-se demonstrar a incoerência de um sistema de dominação, pelo que não permite aos seus

cidadãos ocuparem a posição de sujeitos no processo histórico da construção do conhecimento.

Para comprovar o que foi escrito, nada melhor do que relatar os depoimentos dos próprios alunos, que testemunham no seu dia-a-dia as desigualdades sociais.

Escolhi este curso noturno' principalmente porque me proporciona condições para trabalhar tanto no período da manhã, quanto no da tarde. Não escolhi ele só pelo prazer de estudar à noite, mas porque minhas condições, principalmente "financeiras obrigaram-me a escolher este turno. Quanto ao curso em si, escolhi apenas por escolher, não tinha muita opção, mas no decorrer destes três anos, acho que aprendi a gostar dele, principalmente agora, em que escolheremos as nossas especializações. Uma coisa posso dizer: que não é nada fácil estudar à noite e é claro que se eu tivesse condições, estudaria durante o dia. (Aluna M.D.B. Pedagogia noturno).

Este depoimento, além de comprovar o que foi dito deixa transparecer uma certa resignação com a realidade motivada pela fragmentação de seu curso.

No depoimento seguinte, além das questões levantadas da falta de opção, aparece a gratuidade como condição para continuar o processo de escolaridade.

Em primeiro lugar, porque me oferece a oportunidade de trabalhar durante o dia e estudar à noite. Porque, apesar de não ser o curso que eu mais desejava, era o único que me possibilitou continuar meus estudos; pois os demais eram muito concorridos ou eram diurnos. Por ser um curso da 'Federal', onde eu estudo sem precisar arcar com altas mensalidades, além de despesas com material. Sei que não é, nem foi a melhor opção; sei que aqui

não conseguirei aprender tudo o que quero Mas o curso é o único acessível e que ao mesmo tempo vai ao encontro de algumas expectativas que possuo.
(L.M.L. - Aluno do noturno)

A análise destes depoimentos, leva à afirmação de que pela escolaridade se renuncia ao interesse, à expectativa de vida, à formação desejada.

O importante é estar frequentando uma escola, mesmo que ela não seja aquela desejada. A escolaridade é a promessa para a esperança de uma vida melhor. Mesmo que ela esteja a serviço do sistema que lhe tira o direito de qualificação profissional.

O que se pode observar em todos os graus, é a constatação de uma escola ofertada e não de uma escola escolhida. Ao contrário do que deveria ocorrer, é a escola que normalmente escolhe aqueles que ela deseja para frequentarem os bancos de suas salas de aula. Esta escolha reflete o processo seletivo que é feito para as condições de trabalho no sistema capitalista.

Como na empresa, a escola repete na sala de aula a seleção classificatória. É o que ocorre principalmente na avaliação. Neste procedimento, a escola se revela com grande autoritarismo. O aluno sempre é julgado sem defesa, dentro de critérios arbitrariamente estabelecidos pela escola, os quais, na maioria das vezes, não são da competência dos alunos. Desta forma, ela julga para ratificar o que ela a priori já determina. O aluno sempre é responsabilizado por não ter atingido os objetivos pré-estipulados pela escola.

Num sistema de avaliação pré-determinado, onde não existe análise dos dados, é flagrante as respostas às perguntas: Qual o destino e a quem se destina o domínio do saber na realidade educacional brasileira ?

Para responder a esta pergunta, é imprescindível citar o Professor Cipriano Carlos Luckesi:

Em função de estar no bojo de uma pedagogia que traduz as aspirações de uma sociedade delimitadamente conservadora, ela exacerba a autoridade e oprime o educando, impedindo o seu crescimento. De instrumento dialético se transforma em instrumento disciplinador da história individual de crescimento de cada um. Como a avaliação educacional escolar vem sendo exercida, serve de mecanismo mediador da reprodução e conservação da sociedade no contexto das pedagogias domesticadoras; para tanto, a avaliação necessita da autoridade exacerbada, ou seja, do autoritarismo.
(LUCKESI, 1986, p. 47)

Uma escolaridade assim conduzida, perde a sua função de sociolização do conhecimento, porque ela se torna seletiva. A transmissão do saber deixa de ser qualificatória para se tornar alienante. Ela prepara o aluno para o trabalho maníaco, obsessivo, porque ele é treinado para a obediência. Para reproduzir a ação. Ele não produz, mas reproduz. Ele não cria, mas repete. O que o desqualifica.

Neste sentido, a escolaridade gratuita é uma concessão e jamais um direito de todos.

REFLEXOES FINAIS

Para finalizar o estudo sobre os cursos noturnos da UFPR, enquanto motiv/ação de demanda, é relevante destacar os pontos mais significativos, confirmados pela pesquisa, que são de fundamental importância para a discussão sobre o ensino noturno.

Com a intenção de trazer para o debate esta demanda de ensino, que é a proposta deste trabalho, serão arroladas como conclusão, as questões pertinentes à procura do aluno e à oferta da UFPR.

Neste procedimento destaca-se como procura e oferta:

- o tempo para a escolaridade como condição de qualificação para o trabalho;
- a busca da escolaridade sem a oportunidade de escolha;
- a oferta da gratuidade enquanto procura sem a opção para a qualificação.

O TEMPO PARA A ESCOLARIDADE

O período noturno oferece a possibilidade de conciliar trabalho e escolaridade, para a procura da cidadania, da qualificação para o trabalho, de maiores oportunidades para a sobrevivência e ascensão profissional.

E a possibilidade existente para o aluno trabalhador que deseja realizar um projeto de vida, mas que precisa garantir a própria sobrevivência

O tempo é a possibilidade de acesso ao conhecimento, embora seja uma oferta que não corresponde à procura. É uma tentativa de qualificação para uma melhoria de vida. É a busca da omnilateralidade manifesta na expectativa de que o ensino superior amplie as possibilidades de vida ao universalizar o saber.

A BUSCA DA ESCOLARIDADE SEM A OPORTUNIDADE DA ESCOLHA

O aluno do curso noturno não busca somente a escolaridade que lhe confere um título, de identidade social. Ele busca mais do que um certificado que lhe habilita a exercer uma profissão. Ele procura uma qualificação para o trabalho. Embora muitas vezes divorciada daquela já exercida no seu cotidiano.

Do que se conclui, que a busca da escolaridade não corresponde ao seu projeto profissional, mas foi esta a única oferta que lhe restou. Isto porque ele trabalha durante o dia e estuda à noite, o que manifesta uma divisão entre teoria e prática. Entre aquele que projeta e aquele que executa. O que quer dizer que, como no seu trabalho ele não participa da totalidade do processo.

Assim, pode-se afirmar que a Universidade reproduz, na distribuição do conhecimento, a divisão do trabalho do sistema capitalista. O que é desqualificatório.

Nesta visão, a Universidade não oferece ao aluno trabalhador a possibilidade de fazer um curso, que lhe dê a capacitação necessária para exercer com maior produtividade e consequentemente maior dignidade, o seu trabalho.

Para este aluno, o qual acredita que quem tem o saber exerce com propriedade o seu trabalho, estudar à noite não é uma atividade a mais. Estudar à noite é sim a continuidade de seu trabalho. E o desejo de produzir mais e com competência. Por este motivo, ele trabalha e estuda à noite. Ao contrário de que estuda à noite, porque trabalha

A OFERTA DA GRATUIDADE ENQUANTO PROCURA

A impossibilidade de auto-financiamento para a própria qualificação e a necessidade de obtê-la gratuitamente, leva muitos alunos a procurar cursos que nada têm a ver com as suas aspirações. Para estes, os cursos da UFPR apenas conferem escolaridade de nível superior.

A dedução a que se chega é que não basta universalizar o ensino dando escolaridade gratuita a todos os cidadãos. É preciso que esta escolaridade esteja articulada ao trabalho como princípio educativo e comprometida com as mudanças sociais, que dê a todos a igualdade de direitos.

Como oferta da UFPR, observa-se que:

- A proposta pedagógica do ensino noturno é a mesma do período diurno.

- O conteúdo do conhecimento é o mesmo que é ofertado nos currículos dos cursos diurnos.

- Os cursos noturnos são os que dispendem um baixo custo para o funcionamento.

- A infra-estrutura de atendimento aos alunos é a mesma tanto para o diurno quanto para o noturno. Como por exemplo a biblioteca, secretarias, coordenações de curso, laboratórios e outros serviços, cumprem expedientes somente

durante o dia, com algumas exceções para os cursos com oferta somente à noite.

Destas questões levantadas, se conclui que a UFPR não faz a oferta de um curso noturno, mas sim, a UFPR oferece cursos pela manhã, à tarde e à noite. Do que se conclui que não existe um curso noturno. Ou como se expressa um professor quando interrogado sobre o ensino noturno: - Que ensino noturno ?

Na história da implantação dos cursos noturnos se percebe que nos últimos anos, especificamente a partir de 1982, houve maior oferta de cursos à noite. Porém, sem investimentos numa infra-estrutura adequada à qualidade de ensino para o trabalhador, tendo como compromisso a transformação social pela luta de classes.

Do que se deduz que a democratização da escolaridade, via ensino noturno, não passa de uma ampliação das vagas dos cursos diurnos, sem estruturas de apoio, que possibilitem um ensino destinado a qualificação do aluno trabalhador. Uma qualificação entendida como a formação omnilateral do aluno, tendo o trabalho como princípio educativo. Ampliou-se a quantidade, mas se relegou a qualidade. A democratização do ensino noturno da UFPR se deteve em aumentar o número de vagas dos cursos diurnos e ofertá-las à noite. Para as quais a Universidade seleciona seus candidatos, em igualdade de condições, para oferecer o mesmo conteúdo do conhecimento em desigualdade de condições

A seleção para o ingresso na Universidade, além de consolidar as diferenças das classes sociais, porque privilegiava os que já são favorecidos pelos bons colégios prepa-

ratórios pelos professores particulares que dispõem para superar seus fracassos ao longo da escolaridade, revela a fragmentação do ensino universitário enquanto processo de qualificação para o trabalho. Ou seja, como no sistema capitalista, ela reproduz na sua estrutura e funcionamento a divisão entre teoria e prática

O ensino superior é uma continuidade do aprendizado e não uma fração da escolaridade. Portanto, ele é um processo da formação do trabalhador e não uma parte dela.

Na posição de conduzir a procura pela oferta sem realizar a interação, ou seja, a troca na demanda - procura/oferta e oferta/procura - a Universidade não cria oportunidades de mudança. Isto é uma forma conservadora de manter o domínio do poder, o que não se pode chamar de democratização do ensino.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.

1. ANDRE, M.S.D.A Estudo de Caso: seu potencial na Educação - Caderno de pesquisa. São Paulo (49), maio 1984.
2. ARROYO, Miguel Gonzaliz. A escola possível é possível ?
In: (org) da escola carente a escola possível São Paulo, Loyola, 1986.
3. ----- O direito ao tempo de escola - Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988
4. BALAZAN, N. C. Alunos no Noturno. (ou "excluídos da escola")= Quem são eles ? (um estudo de caso), Cadernos Cedes n. 16, São Paulo, Cortez, 1986.
5. BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e Educação Popular. São Paulo, Pioneira, 1974
6. CARR, Edwald Hallet Que é história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3. ed. 1982.
7. CARVALHO, Célia Pizzoto de. Ensino Noturno: realidade e ilusão. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1984
8. CASTANHO, Maria Eugenia. Universidade à Noite: fim ou começo de jornada. Campinas, São Paulo, Papirus, 1989.
9. CHAUI, Marilena de Souza Cultura e Democracia. o discurso competente e outras falas. São Paulo, Cortez, 1989
10. CROCE, Benedetto Il Materialismo Storico e la Filosofia Torino, Einaudi, 1948
11. CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
12. DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência São Paulo Atlas, 1983.
13. DOR, Joel. Introdução a Leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem Porto Alegre, Artes Médicas, 1989
14. DORIA, Francisco Antonio. MARCUSE, vida e obra. R G, coedição Jose Alves Editor e Paz e Terra, 1974
15. DUSSEL, Enrique D Filosofia da Libertação na América Latina São Paulo, Loyola, 1977
16. ECO, Humberto Como se faz uma tese. São Paulo, Ed Perspectiva, S A, 1989

17. FARIAS, Itamar Mazzadi. A ideologia da Igualdade de oportunidades - Educação e Filosofia, Uberlândia, 4(8) Jan/Jun, 1980.
18. FOUCAULT, Rounet, Merquior, Lecourt, Escobar. O homem e o discurso (a arqueologia de Michel Foucault). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1971.
19. FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. A escola do trabalho e o trabalho da escola. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1987
20. FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Revista Ande n. 11.
21. FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda, 1977.
22. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre Educação - Estrutura Econômica Social Capitalista. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1984.
23. ----. Educação básica do trabalhador: Questão para debate. Cadernos do Ensino de 2 o. grau: SEE do Paraná - 1991.
24. GARCIA, Walter E. Desafios da Educação Brasileira. Revista Ande n.7, ano 4, 1984
25. GAZETA DO POVO, 23/06/91
26. GIUSTA, Agneta da Silva. Educação Revista. Belo Horizonte(1) 24-31, jul, 1985.
27. GRAMSCI, Antonio. Obras Escolhidas. São Paulo, Ed Martins Fontes.
28. HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
29. JANNUZZI, Gilberta S de Martins. Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobra. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979
30. KLUPPEL, Gilda Elena. O Desenvolvimento Econômico e suas Prioridades em Educação: O Ensino Superior em questão Dissertação de Mestrado pela UFPR, Curitiba, 1990.
31. KOSIK, Karel. Dialética do Concreto Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
32. KONDER, Leandro. O que é dialética ? São Paulo Ed Brasiliense, 1983
33. KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino de 2. Grau: o trabalho como princípio educativo São Paulo, Cortez, 1988

34. ----- . Para estudar o trabalho como Princípio Educativo na Universidade - Tese de Titular - Curitiba, 1992
35. ----- . Proposta para reestruturação do ensino de Segundo Grau Noturno - Documento Preliminar
36. LACAN, Jacques. Ecrits. Paris, Senil, 1966
37. LARROYO, Francisco. História Geral da Pedagogia São Paulo, Ed Mestre Jau, 1970.
38. MARCUSE, Herbert Eros e civilização, uma interpretação Filosófica do Pensamento de Freud Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975
39. MANACORDA, Mário Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1989.
40. ----- Revista Ande, n. 10, (trechos de uma entrevista).
41. MELLO, Guiomar Namó de. In: Rosenberg, Lia - Educação e desigualdade Social São Paulo, Loyola, Coleção Espaço, 8v.
42. PINTO, Alvaro Vieira. Ciência e Existência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
43. REVISTA ANDE n. 10.
44. SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1983
45. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1986.
46. SNYDERS, Georges Escola, Classes e luta de Classes. Lisboa, Moraes Ed., 1986
47. TENCA, Sueli Cotrin. Cursos Noturnos - a pobre escolarização dos que trabalham. Caderno de Pesquisa, São Paulo (43), Novembro, 1982.
48. TRIVINOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação São Paulo, Atlas, 1987
49. UFPR. Pro-Reitoria de Ensino e Pesquisa - Cadernos da Avaliação n.6 - Curitiba, 1990
50. -----, Pró-Reitoria de Graduação - Cadernos da Avaliação n 7 - Curitiba, 1992
51. VALLON, Henri Revista Enfance , Paris. 1971.
52. VASQUEZ, A.S Filosofia da Praxis Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S A. 1968

53. VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente
São Paulo, Liv. Martins Fontes Ed Ltda, 1989
54. -----. Pensamento e Linguagem. São Paulo, Liv Martins
Fontes Ed Ltda, 1987.
- 55 VYGOTSKY, at alii Linguagem, desenvolvimento e
aprendizagem. São Paulo, Icone: Editora da
Universidade de São Paulo, 1988.
56. WACHOWICZ, Lillian Anna. O método dialético da didática.
Campinas, São Paulo, Papirus, 1989